

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
36ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2024/2025

MINUTA

1 **ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC, 2024 A 2025.** Ao quinto (5º)
3 dia do mês de Fevereiro do ano de 2025, às 14h, de forma presencial e virtual,
4 na sala de cinema do Centro Cultural Palácio da Justiça (CCPJ), cito a Av.
5 Eduardo Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme comunicado
6 de convocação encaminhado em 3 de fevereiro de 2025 e atingido o quórum
7 mínimo, foi declarada aberta a 36ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de
8 Cultura – CONEC. Em virtude das ausências justificadas do presidente e diante
9 dos poderes investidos, como vice-presidente, pelo Regimento Interno deste
10 Conselho, assumiu o exercício da presidência desta sessão o senhor **LUIZ**
11 **CARLOS DE MATOS BONATES** e convocou o senhor **PEDRO HENRIQUE**
12 **SECATTI CACHEADO** da Cadeira de Audiovisual, para auxiliar no secretariado
13 e, para compor esta Mesa Diretora, convocou ainda o conselheiro titular da
14 Cadeira de Literatura **ALVARO SERRÃO MONTEIRO**. Composta a Mesa
15 Diretora, solicitou a secretária-geral que os informe o quórum de hoje. Nesse
16 momento, informou que se encontram presentes, além dos membros da Mesa
17 Diretora, que representam as cadeiras da SEC, do Audiovisual e Cadeira
18 indígena, os demais conselheiros titulares e suplentes presentes nesta 36ª
19 Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CONEC com direito a voto,
20 conforme lista anexa. **O presidente** agradeceu ao secretário-geral e à presença
21 de todos, dando início aos trabalhos da plenária. Antes de passar ao expediente,
22 quebrou o protocolo para apresentar o novo Secretário de Cultura e Economia
23 Criativa do Estado, já nomeado pelo governador e em processo de publicação
24 no Diário Oficial, assim como sua nomeação como presidente do Fundo Estadual
25 de Cultura – FEC. Em seguida, concedeu a palavra ao secretário **CAIO ANDRÉ**
26 **PINHEIRO DE OLIVEIRA**, que participa da sessão hoje como convidado. **O**
27 **secretário Caio André** agradeceu e disse: "Muito obrigado, boa tarde a todos.
28 Como foi dito pelo presidente, ele está nomeado como secretário de Estado da
29 Cultura e Economia Criativa. O processo de publicação no Diário Oficial está
30 acontecendo, e acredita-se que, no dia de hoje, o diário ainda deve circular. Com
31 grande alegria e responsabilidade, se apresentou a todos junto a este conselho.

32 É advogado de formação e está há 23 anos como gestor público. Trabalhou
33 como secretário de Estado da antiga Segel, hoje a Sedel Juventude, Esporte e
34 Lazer, e na época como subsecretário de esporte, também no município. Passou
35 por vários cargos na administração pública, tanto no município quanto no Estado.
36 Hoje está nomeado pelo governador Wilson Lima para contribuir com as
37 senhorias na construção de políticas públicas voltadas para a cultura. Disse a
38 todos que está à disposição para ouvir as demandas de todas as categorias, é
39 uma pessoa de fácil diálogo e que está, como disse, aberto a ouvir, a receber
40 todos, não só na SEC, mas também onde desempenham as suas atividades
41 artísticas. E é com grande alegria e responsabilidade que assume este cargo, já
42 pedindo desculpas ao conselho e à sua excelência, o presidente, dizendo que
43 tinha pedido justamente para que essa reunião pudesse acontecer na segunda-
44 feira, justamente porque imaginava que o Diário Oficial ainda não tivesse sido
45 circulado, e portanto, ainda estava secretário de fato, e não de direito. E também
46 para que, em outra data mais à frente, ele pudesse ficar com os conselheiros no
47 tempo necessário, deixando um espaço na agenda, pelo menos a tarde toda,
48 para que todos pudessem participar de forma mais efetiva aqui no Conselho.
49 Como hoje ainda está de fato e não de direito, e tem algumas agendas já
50 marcadas, tanto na SEC quanto fora da SEC, já pede desculpas e diz que vai
51 precisar se ausentar em breve para desempenhar algumas atividades na SEC.
52 Disse aos conselheiros o seguinte: como foi lido, o secretário Cândido Jeremias
53 pediu a exoneração, mas isso ainda não é um fato consumado. Ele teve uma
54 conversa com ele pela manhã e terão outra conversa no dia seguinte, e ele
55 disse que, apesar de ter preparado a carta de exoneração, ainda está por tomar
56 essa decisão, que não é definitiva, e que ainda terão algumas tratativas no dia
57 seguinte. Portanto, é o único presente nesse momento na Secretaria, já que o
58 secretário Kaká estará aqui presidindo os trabalhos. Ele precisará, em breve, se
59 dirigir até a Secretaria para dar alguns direcionamentos, principalmente relativos
60 ao Carnaval, que já está prestes a acontecer e ainda necessita de muitas
61 decisões, algumas delas decididas hoje pela manhã no Centro Integrado de
62 Comando e Controle, para que o evento cultural tão importante da cidade e do
63 Estado possa ser realizado. Agradeceu a todos e, como disse, as portas do seu
64 gabinete estão abertas para ouvi-los quando desejarem." **O secretário geral**
65 pediu um momento de fala, já que estava com o secretário geral, e em nome do
66 conselho, pediu ao secretário de cultura um entendimento por estar com o
67 cronograma apertado devido à política nacional da Aldir Blanc. O conselho tem

68 muitos processos em aberto, e foi por isso que a reunião foi mantida. Assim como
69 as secretarias, as câmaras e as assembleias legislativas têm seus rituais e
70 suplentes, houve um entendimento da maioria do pleno de que não seria
71 necessário parar, pois a reunião de hoje era considerada trivial. Disse que
72 gostaria, caso o secretário de cultura ainda estivesse disposto, que ele e sua
73 equipe já pensassem numa reunião extraordinária para segunda-feira, para que
74 pudessem alinhar as questões durante a tarde. Antes de sair, o secretário geral
75 pediu à assessoria que entregasse o relatório impresso e mencionou que o
76 conselho estava na fase de lançamento dos feitos do Conselho Estadual de
77 Cultura no ano de 2024. entregou esse relatório em primeira mão ao secretário
78 de cultura, assim como havia feito com o secretário Cândido na reunião da
79 semana passada. Disse que, se o secretário de cultura observasse de fora, ele
80 poderia fazer elogios, já que não se incomodaria com isso. Apesar de terem sido
81 empossados apenas em maio, o conselho obteve um feito significativo, que foi
82 viajar por 25 municípios, levando ações de busca ativa. Esse feito foi
83 possibilitado pela PNAB, pela equipe da ASPC e pelo secretário Cândido.
84 Lamentou muito que tivesse recebido a informação de que o Cândido havia
85 pedido exoneração, reconhecendo que ele deve ter seus motivos para isso. Em
86 seguida, alertou que o cargo não é fácil e sugeriu que o secretário de cultura
87 estivesse preparado para o que vinha. Indicou que, posteriormente, o presidente
88 colocaria em votação a data da extraordinária, que ficaria pré-agendada para o
89 dia 10, e mencionou que poderiam conversar sobre todos os assuntos
90 necessários para a atualização ocorrer. **O secretário de cultura** pediu que, ao
91 invés de colocarem em votação, se fosse possível, a reunião extraordinária fosse
92 agendada para segunda-feira, mas o ideal seria, pelo menos, para terça-feira,
93 pois ele já tinha uma agenda inadiável na segunda-feira. Pois terá um
94 compromisso com um consórcio na quarta-feira. Após isso, ele cedeu
95 novamente a palavra ao secretário geral. **O presidente** colocou em votação,
96 cumprindo o rito. Perguntou: "Quem for contra, por favor, que seja quarta-feira
97 essa extraordinária, levante a mão." Todos se manifestaram. Questionou
98 também se havia alguma abstenção, e, como não houve, declarou: "Aprovado."
99 Após as palavras do novo secretário, o presidente deu continuidade ao rito
100 ordinário, iniciando o **EXPEDIENTE** questionando se algum titular não havia
101 recebido as minutas das atas para análise, referindo-se às atas das 34ª e 35ª
102 reuniões ordinárias e solicitou que alguém se manifestasse caso não tivesse
103 recebido as minutas para análise. **O secretário geral** lembrou que havia

104 pessoas participando online, e que toda fala precisaria ser registrada no
105 microfone. Ele já havia se manifestado anteriormente e, após uma breve
106 interrupção, explicou que desejava pedir vistas das duas atas, mencionando que
107 algumas falas importantes, que ele havia anotado, não estavam no microfone.
108 Diante disso, solicitou tempo para revisar as atas. **O conselheiro André Durand**
109 iniciou sua fala mencionando que gostaria de pedir vistas das atas, justificando
110 a solicitação pela falta de algumas falas importantes que estavam nas anotações
111 dele, mas não haviam sido registradas no microfone, pediu, portanto, mais tempo
112 para revisar as atas e poder dar a sua contribuição adequada. Em seguida, ele
113 se dirigiu ao presidente, reforçando um ponto de ordem. Disse que o secretário
114 Cândido ainda estava exercendo a presidência do colegiado e, portanto, deveria
115 ser chamado de presidente do Conselho Estadual de Cultura, e não como ex-
116 secretário. Solicitou que o presidente corrigisse essa informação para que
117 ficasse registrada corretamente nos autos do Conselho, para que, no futuro, o
118 material pudesse ser utilizado de forma adequada. Também pediu para todo o
119 dinheiro que é investido dentro dessa casa, principalmente nesse microfone que
120 é utilizado nas reuniões fala e retarda e causa gastura, que possa melhorar. O
121 conselheiro também fez uma observação direcionada ao novo secretário de
122 Cultura, mencionando que ele deveria compreender a realidade dos bolsões de
123 pobreza e extrema pobreza nos 62 municípios do Amazonas, incluindo a cidade
124 de Manaus. E como sugestão, pediu que a assessoria do novo secretário o
125 orientasse para que ele tivesse um melhor entendimento dessas realidades,
126 especialmente para que as políticas culturais fossem mais efetivas e inclusivas.
127 Ele destacou que a cultura no Amazonas não se limita à capital, Manaus, e que
128 as ações precisariam abranger todo o estado, especialmente as áreas mais
129 carentes. Pediu também, que o secretário e sua equipe se dedicassem ao
130 trabalho com o Conselho, sugerindo que fosse montada uma agenda para cada
131 segmento cultural, para que o secretário pudesse entender de forma mais
132 precisa as necessidades e os desafios enfrentados pelos artistas e produtores
133 culturais e assim chegará lá na ponta. Agradeceu a presença do secretário como
134 convidado e desejou que fosse oficialmente nomeado e tivesse sua nomeação
135 publicada no Diário Oficial até o dia 10 de fevereiro, para que, a partir disso,
136 fosse possível estabelecer um diálogo direto e produtivo entre o secretário e o
137 Conselho Estadual de Cultura do Amazonas. **O secretário geral**, interveio para
138 esclarecer o pedido do conselheiro André Durand sobre a suspensão da votação
139 das atas, enfatizando que o conselheiro estava solicitando vistas das atas e que

sua fala seguia essa linha de raciocínio. **O presidente** reconheceu a solicitação do conselheiro André Durand e afirmou que, por conta disso, suspender a votação da ata. **O secretário geral** informou a ata foi retirada a pedido de vista. Diante da situação, **o presidente** seguiu com o protocolo e, ao reconhecer o pedido de vistas, confirmou que a ata passará por correções. Ele então passou para o próximo item da pauta, comunicados e registros, e cedeu a palavra ao secretário geral para que fossem lidos os comunicados, atualizações e avisos relevantes para a reunião. **O secretário geral** cumprimentou a todos os presentes na reunião, incluindo os membros do colegiado, os suplentes das cadeiras e os representantes do poder público. Em seguida, começou a apresentar os B) **COMUNICADOS E REGISTROS**. Iniciou com os seguintes pontos: 1. O novo secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa, Dr. Caio André Pinheiro de Oliveira, tomou posse no dia 4 de fevereiro, aguardando apenas a publicação no Diário Oficial daquele dia, que ainda não foi disponibilizada pela Imprensa Oficial. 2. A página do Conselho está atualizada, com exceção das atas, que ainda não foram aprovadas. 3. A Portaria 137/2024 do MINC continua vigente, aguardando a adequação do atual Sistema Estadual de Cultura à Lei 14.835 (Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura), que está no aguardo de regulamentação. 4. A minuta do relatório das atividades do CONEC do ano de 2024 já foi encaminhada à Mesa Diretora para análise e eventuais correções e deve entrar em pauta na reunião de hoje. 5. A minuta do Código de Ética e Decoro do CONEC já foi encaminhada à Comissão de Legislação e Norma, conforme deliberado na última reunião plenária. 6. Informou que as nomeações das vagas de titulares das cadeiras da FEPIAM e UEA, além dos suplentes das cadeiras de Cultura Popular de Matriz Ibérica, Cultura Indígena, Música, SEDUC, UEA, Fórum de Secretários e Gestores de Cultura continuam em tramitação. 7. Quanto à suplente de Teatro, a vaga encontra-se aberta, e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa fará o convite a um(a) artista da área, em continuidade ao que estabelece o edital de eleição de 2023 do CONEC. 8. Informou também sobre aniversários e falecimentos relevantes, como o de Henfil (1944), Regina Duarte (1947) e Mestre Bimba (1974), além da celebração do Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas em 7 de fevereiro, conforme a Lei nº 11.696 de 2008. 9. Finalizou com os aniversários dos conselheiros titulares Bjarne (SEDUC), no dia 1º; Dudson Carvalho (Artes Visuais e Novas Mídias), no dia 2; e Maick (Representante das Secretarias Municipais de Cultura), no dia 3, desejando-lhes saúde, prosperidade e paz.

Após a leitura dos comunicados, o secretário geral devolveu a palavra ao presidente. **O presidente** parabenizou os aniversariantes e desejou muitas bênçãos em suas vidas. E, sem mais nada para o expediente, passou para as **PROPOSIÇÕES** indicadas na pauta para esta reunião.” **O secretário geral** dirigiu-se aos presentes e afirmou que havia uma proposição da doutora Anne, referente à apresentação dos dois relatórios elaborados por ele e Ana Lígia sobre os pedidos de alteração nos projetos da Lei Paulo Gustavo. Como a pauta do dia era única e tratava exclusivamente da PNAB, ele informou que esse ponto de pauta seria incluído na reunião extraordinária marcada para a quarta-feira seguinte, desde que as agendas se alinhassem. Ele mencionou também uma solicitação dentro do tema da PNAB, feita por Lydia Lucia, suplente e representante dos pontos de cultura perante o MinC. Além disso, ressaltou que haveria um momento específico para a defesa de posições sobre um edital, contando com as falas de dois convidados, Douglas Rodrigues e Andarilha. Segundo ele, conforme acordado nas oitivas, cada um defenderia um posicionamento contrário ou favorável ao edital de pontos informais. Fez questão de corrigir a nomenclatura, afirmando que não deveriam ser chamados de informais, mas sim de "pontos homologados sem CNPJ", uma vez que se tratavam de premiações a serem discutidas na pauta do dia. Informou que o Mestre Camaleão estava solicitando a inclusão na pauta do edital de pontos e pontos de cultura, que seria apresentado pela suplente da cadeira representante do Amazonas na Comissão Nacional de Pontos de Cultura com objetivo de identificar algumas lacunas. **O conselheiro Menciús Melo** cumprimentou os presentes, identificando-se como conselheiro estadual de cultura na cadeira de música. Explicou que esteve ausente por um período, justificando sua ausência com os compromissos típicos de dezembro e janeiro, especialmente para aqueles que são pais, mencionando despesas com material escolar e mensalidades. Em seguida, sugeriu à mesa diretora que, por uma questão de ordem e educação, todos se apresentassem ao novo secretário estadual de cultura. Essa apresentação é um gesto de respeito, elegância e compreensão do trabalho em conjunto. É importante que o secretário compreenda que está diante de um parlamento e que o diálogo com todos os presentes, incluindo os suplentes, é fundamental. Essa relação de proximidade e entendimento é essencial, pois fazia parte da política de trabalho. Dirigindo-se ao secretário, enfatizou que aquele ambiente era um parlamento e que era necessário que todos se conhecessem para estabelecer sintonia e respeito

212 mútuo entre o secretário e o conselho. Diante dessa sugestão, **o presidente**
213 questionou se havia alguma objeção à proposição. **O secretário geral** interveio,
214 dirigindo-se ao presidente e sugerindo que a inclusão da pauta fosse iniciada, e
215 proceder à votação. Ressaltou a necessidade de respeitar o tempo regimental
216 de três minutos para defesa. **O conselheiro Wellison Brito** cumprimentou os
217 presentes e identificou-se, mencionando sua ligação com a cultura
218 afrodescendente. Em sua fala, ressaltou a importância da pauta em discussão,
219 que tratava dos pontos e pontões de cultura. Havia um prazo pré-estabelecido
220 para a realização desse debate e enfatizou a necessidade de o conselho estar
221 ciente, discutir, compreender e encaminhar a questão de forma adequada.
222 Sugeriu que a pauta fosse incluída na próxima reunião extraordinária, permitindo
223 assim um tempo maior para análise e discussão aprofundada do tema. **O**
224 **presidente** perguntou aos presentes quem concordava com a proposta,
225 solicitando que permanecessem como estavam. Em seguida, questionou se
226 havia alguma abstenção. **O secretário geral** buscou esclarecimento sobre a
227 sugestão apresentada. Ele questionou se a proposta era incluir a pauta na
228 próxima reunião extraordinária ou se seria uma que a reunião de pauta única
229 dedicada exclusivamente a esse tema. Além disso, perguntou se a inclusão se
230 referia especificamente ao edital de pontos e pontões de cultura a ser
231 apresentado pela suplente da cadeira. Ele ressaltou que, caso todas as pautas
232 do dia fossem zeradas, esse seria o único tema a ser discutido com o secretário.
233 No entanto, expressou sua preferência por manter a pauta do dia, que era a
234 PNAB, sugerindo que, caso o colegiado concordasse, a inclusão da nova pauta
235 poderia ser feita ao final, permitindo que houvesse tempo adequado para o
236 diálogo com o secretário na próxima reunião. **O conselheiro Wellison Brito**
237 sugeriu que, caso houvesse um tempo de até 10 minutos, a pauta poderia ser
238 tratada ainda naquela reunião. **O secretário geral** concordou, afirmando que 10
239 minutos seriam suficientes. Em seguida, **o presidente** questionou se todos
240 estavam de acordo e perguntou se tinha abstenções. **O secretário geral**
241 perguntou se a inclusão dessa pauta havia sido aprovada hoje. Em seguida,
242 afirmou que essa estava aprovada. Ele informou que Mêncio Melo havia pedido
243 para que eles se apresentassem e questionou se conseguiriam fazer isso em 1
244 minuto. Por fim, declarou que o tempo regimental para a apresentação era de 1
245 minuto e indicou que poderiam começar pelo conselheiro Dudson Carvalho. **O**
246 **conselheiro Dudson Carvalho** cumprimentou a todos com um "boa tarde" e se
247 apresentou como representante de artes visuais e novas mídias, que estava

participando do Conselho pela primeira vez e mencionou que estava há menos de um ano na função. No entanto, afirmou já ter experiência no município de outros anos, ressaltando que teve a oportunidade de estar diversas vezes com o secretário, quando este era vereador, em outras batalhas. Enfatizou que estava ali, como sempre, para contribuir e afirmou que havia muita coisa a ser feita. Aproveitou, então, seu tempo de fala para direcionar uma pergunta à assessoria jurídica. Questionou a partir de que momento o presidente poderia conduzir oficialmente os trabalhos da PNAB e demais ações, destacando que, pelo que lhe consta, seria necessária uma aprovação pelo parlamento, especificamente pelos deputados estaduais. Expressou preocupação com essa questão, levando em conta os processos relacionados a editais e alinhamentos. Sugeriu que fosse realizada a devida articulação na Câmara dos Deputados e encerrou sua fala agradecendo. **O conselheiro Sérgio Ricardo** cumprimentou a todos e se apresentou, informando que seu nome artístico é Sergio Peguete. Ele destacou que ocupava a cadeira da Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (FEPIAM) como suplente e afirmou que estavam ali para ajudar no que fosse possível, contribuir com as discussões que fossem apresentadas a ele e, por fim, deu as boas-vindas ao Secretário de cultura. **Mencius Melo** cumprimentou a todos e também saudou o novo Secretário de Cultura. Em seguida, se apresentou como músico e representante da cadeira do maior segmento artístico do estado do Amazonas, do Brasil e do mundo, que é a música, destacando que em cada esquina há um músico. Parabenizou o secretário e o recebeu destacando que a missão que assumia não era fácil, descrevendo-a como um "terreno espinhoso", dada a grande diversidade de artistas, formas de pensamento, manifestações, intelectos e posturas. Ressaltou que estavam há praticamente dois ou três meses lidando com a indefinição dentro da Secretaria de Estado de Cultura e que também haviam aguardado três meses para serem nomeados pela casa legislativa, através do presidente Roberto Cidade e esse atraso resultou em uma grande perda de tempo, referiu-se ao Conselho como um parlamento, afirmando que cada membro respondia por seu segmento e, por isso, enfrentava críticas e pressões dentro de suas respectivas áreas. Justificou que isso ocorria porque era necessário mostrar trabalho e atender às demandas dos segmentos que representam. Diante desse contexto, pediu ao secretário que compreendesse a situação, absorvesse as dificuldades e tivesse sensibilidade e paciência, tanto com os conselheiros quanto consigo mesmo, para que o trabalho avançasse rapidamente. Enfatizou

que havia pouco tempo para realizar muito pela cultura do estado do Amazonas e que o ano já havia começado de forma acelerada. Finalizou afirmando que, como conselheiro, seu objetivo é garantir que a máquina da Secretaria de Cultura do Estado funcione, que a engrenagem da cultura amazonense se movimente e que os artistas sejam devidamente contemplados. **O conselheiro Wellisson Batista** iniciou sua fala cumprimentando a todos e mencionou que, ao ser cutucado pelo colega, não havia nascido, mas sim estreado, destacando sua origem parintinense. Se identificou como mestre de capoeira, ressaltando que essa é uma das manifestações culturais afro-brasileiras mais conhecidas no mundo inteiro. Em seguida, afirmou ser titular da cadeira afrodescendente e mencionou também ser primeiro suplente no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPIC) e suplente no COPHAM. Disse que já vem firme nessa batalha dentro do Conselho e reconheceu os avanços conquistados, conforme outros colegas já haviam mencionado, conseguiram marcar presença em todos os municípios e que o Conselho Estadual de Cultura do Amazonas era amplamente reconhecido pelo brilhante trabalho desenvolvido. Expressou a expectativa de contar com o apoio necessário para que pudessem continuar desenvolvendo suas atividades e encerrou sua fala agradecendo. **O conselheiro Álvaro Monteiro** iniciou sua fala cumprimentando os colegas que estavam online e os presentes. Em seguida, se apresentou como representante da cadeira de Literatura, destacando que representava os autores, escritores, dramaturgos e demais profissionais da área. Falou sobre a importância da cadeira que ocupava, afirmando que, assim como as demais, tinha grande relevância, pois lidava com a palavra, a escrita e as histórias que compõem a literatura. Acompanhou a fala dos demais conselheiros e deu as boas-vindas, reforçando que cada conselheiro vestia a camisa e lutava pela cultura, pela democracia cultural e pela inclusão. **A conselheira Lucimar Marques** iniciou sua fala cumprimentando a todos e se apresentou como conselheira estadual e nacional, mencionando que atua junto com o conselheiro Elson Rocha. Informou que representava a cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica e destacou ser a única conselheira residente no interior, o que, segundo ela, lhe conferia autoridade para falar sobre as dificuldades enfrentadas pela cultura nessa região. Deu as boas-vindas ao novo secretário, ressaltando que, até o momento, ele ocupava o cargo de fato, mas não de direito. Antes disso, fez questão de agradecer ao ex-secretário Marcos Apolo, elogiando seu trabalho e destacando que sua acessibilidade e atenção ao interior foram fundamentais para os avanços que permitiram a continuidade do Conselho.

Dirigindo-se ao novo secretário, a conselheira expressou a expectativa de que ele também mantivesse um olhar voltado para o interior, pois ao analisar seu currículo, observou que ele não possuía uma trajetória fortemente voltada para a cultura, mas destacou que todos têm a capacidade de aprender. Em seguida, desejou que ele fosse um secretário acessível e afirmou que o trataria sempre como presidente do Conselho. Também solicitou que, sempre que estivesse em Manaus, fosse recebida pelo secretário, pois, devido a sua residência em Barreirinha, nem sempre poderia estar presente nas reuniões. Pontuou três grandes missões que considerava essenciais: lutar pelas políticas públicas culturais do Amazonas, lutar pela aprovação do Plano Estadual de Cultura e batalhar pela gratificação dos conselheiros de cultura do Estado. Ela destacou que o valor atual de R\$450,00 era vergonhoso, principalmente se comparado ao montante recebido no âmbito municipal, que ultrapassa R\$3.000,00. Finalizou reafirmando sua disposição para contribuir e agradecendo a atenção. **O conselheiro Maick Soares** cumprimentou a todos e expressou satisfação em reencontrar os presentes. Ele saudou os conselheiros e conselheiras da sociedade civil, os representantes do poder público, a equipe de assessoria do Conselho e a equipe da SEC, reconhecendo o trabalho que realizam em apoio ao Conselho. Além disso, dirigiu um cumprimento especial ao novo Secretário de Cultura do Estado. Mencionou que já conhecia Caio André há algum tempo e se apresentou como secretário de Cultura de Urucurituba, presidente do Fórum dos Secretários e Coordenadores de Cultura do Estado, além de integrante da Rede Nacional de Gestores Municipais, representando a região Norte. Deu as boas-vindas ao novo secretário e enfatizou que um dos quesitos fundamentais para a gestão de uma instituição como o Conselho era a capacidade de diálogo. Demonstrou confiança de que Caio André possuía essa habilidade, mencionando uma experiência anterior, quando o secretário esteve à frente da Secretaria de Juventude e Esporte do Estado (SEGEL). Ele lembrou que, naquele período, uma das iniciativas de Caio André foi a retomada das discussões sobre o Conselho Estadual de Juventude. Na época, atuava como assessor parlamentar do deputado Alessandro e também contribuiu para esse debate. Reforçou a disponibilidade dos secretários municipais para o diálogo e destacou que havia muitas questões a serem tratadas. Ressaltou que, junto ao Conselho, já vinham contribuindo e desejavam continuar avançando para que o Estado pudesse fortalecer sua cultura, garantindo um sistema estadual que funcionasse plenamente e um plano estadual que representasse de fato os

anseios e necessidades do setor. Endossou a fala da conselheira Lucimar Marques, reforçando a importância de dar atenção especial ao interior do Estado. Concluiu sua fala reafirmando o compromisso com a defesa da cultura e agradecendo a todos. **O secretário geral** pediu que todos fossem corteses com o tempo. Ele observou que algumas pessoas estavam extrapolando o tempo em outras reuniões e sugeriu que o secretário Caio André trouxesse a campanha da Câmara Municipal, que visava incentivar o respeito ao tempo de fala. Reforçou o pedido de compreensão, solicitando que todos tentassem usar o tempo regimental de 1 minuto. **O conselheiro Bjarne Furtado** se apresentou como conselheiro, representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar e disse que está à disposição para contribuir ativamente e fortalecer a conexão entre as políticas culturais e educacionais do Estado. Expressou a esperança de que o novo ciclo fosse marcado por avanços, inovação e um compromisso significativo com a diversidade cultural, desejou boas-vindas ao novo secretário de Cultura, Caio André, e desejou sucesso nessa caminhada. **O conselheiro Elson Rocha** se apresentou como conselheiro estadual de Folclore e Carnaval e também conselheiro nacional, como a conselheira Lucimar havia mencionado. Faz parte do conselho nacional de políticas culturais, de várias comissões nacionais, como da Paulo Gustavo e da Aldir Blanc. Disse que o momento era um momento que todos precisavam superar juntos. Ele mencionou que, anteriormente, diante da SEC, havia um administrador cultural que foi levado para a política, mas não deu certo. Ele utilizou a palavra "não deu certo", para não usar o termo "deu merda", mas que "merda" para o pessoal do teatro era algo bom. Ele explicou que, quando um administrador cultural é levado para a política, não dá certo, e agora estavam ganhando um político para administrar a cultura. Ele se mostrou educado, mas disse que o momento era histórico, pois nunca antes a cultura havia sido administrada por um político, o que gerava muita preocupação. Sendo representante do setor de Folclore e Carnaval, mencionou que, muitas vezes, quando há competições, como o exemplo do ano passado, houve interferência política. Ele afirmou que isso era muito ruim, especialmente quando um grupo que não merecia ganhar, acabava ganhando por causa da presença de um político na cadeira da cultura. Ele expressou essa preocupação como sendo um problema sério para a cultura. Disse que estava de preto, representando o luto por aquele momento histórico, já que nunca antes a cultura havia sido administrada por um político. No entanto, ele esperava que o novo secretário estivesse "vestido de branco" para trazer paz aos fazedores de cultura,

pois, esses fazedores de cultura estavam se sentindo prejudicados. Ele também mencionou que havia uma contratação de um instituto para dar continuidade à lei, mas que estava parada devido à indecisão cultural. **O secretário geral** avisou que o tempo havia se esgotado. **O conselheiro Elson Rocha** pediu para que fosse considerado que, mais cedo, o poder público havia falado o dobro do tempo sem ser interrompido. Ele pediu, então, que sua fala fosse respeitada da mesma forma. **O secretário geral** fez uma pausa no tempo do conselheiro **Elson Rocha** e explicou que o tempo de fala era de um minuto e que todos deveriam seguir essa regra. Ele reforçou que os momentos de fala mais longos viriam depois, e que, quando outros haviam ultrapassado o tempo, ele havia intervindo. **O conselheiro Elson Rocha**, por fim, aceitou as desculpas do secretário e continuando sua fala, afirmou que é muito bom quando a sociedade civil tem o direito e a igualdade, pois fica muito triste com a censura e disse que gostaria de ter mais tempo para demonstrar a insatisfação dos fazedores de cultura. **O conselheiro André Durand** se apresentou como membro da cadeira de Dança. Ele mencionou que, assim como Mencius, a dança também tem suas linguagens diversificadas. Informou que leu a nota de agradecimento do secretário, na qual ele dizia: "Vamos em frente, Cultura que transforma, economia que cresce", e expressou o desejo de que essa frase se refletisse em ações concretas, especialmente no interior do Amazonas. Destacou a necessidade de revisão da LDO e de recursos para os fazedores de cultura que realizam eventos, como o de Parintins, e sugeriu que o secretário olhasse para os eventos do interior com o mesmo cuidado, considerando a geração de renda que esses eventos proporcionam, como exemplo, mencionou eventos como a Festa do Divino Espírito Santo, em Alvarães, e reforçou que sua presença de preto não era contra o secretário pessoalmente, mas pela forma como os fazedores de cultura foram atravessados. Para concluir, disse que espera uma resposta do secretário o mais rápido possível, para que possam conversar sobre ações com o governo, mencionando a moção de aplausos dada ao governador pela sua recondução. **A conselheira Jordânia Galdino**, em sua fala, começou cumprimentando a todos, tanto os presentes como os que estavam online, e também os convidados que estavam presentes na sala. Saudou o novo secretário e o convidou a se sentir à vontade no Conselho, destacando que, aqui, realmente é um parlamento, onde o diálogo e as discussões são intensos. mencionou que o secretário começaria a sentir essa pressão, comparando a dinâmica do Conselho com a da Câmara Municipal, onde ela também trabalha como assessora do político

Rodrigo Guedes. Fez questão de afirmar que, apesar de seu trabalho na Câmara, seu papel aqui é de conselheira, eleita da sociedade civil, representando a cadeira do teatro, participa da Federação de Teatro do Amazonas (FETAM), uma entidade que, há cerca de 50 anos, contribui com atividades artísticas significativas no Estado. Enfatizou a importância do movimento teatral, que se destaca especialmente com seus festivais e com o grande legado que deixou para a cultura amazonense. O objetivo de sua fala era não apenas trazer as preocupações da FETAM, da qual ela já participou de várias diretorias, mas também levar ao secretário um apelo em nome da categoria e de outros conselheiros, como os que estão presentes ali atrás. A política cultural precisa ser pensada não só para Manaus, mas também para o interior do Estado, e reforçou que as políticas passadas estavam focadas na capital. A conselheira trouxe à tona a questão da PNAB, que ainda precisa ser discutida e compreendida pelo novo secretário. Apesar do trabalho árduo do Conselho, é necessário que, como secretário, se empenhe na construção de editais culturais, algo que já deveria ter sido feito durante os dois mandatos de Wilson Lima, quando o governo estadual não implementou editais específicos para a cultura. Solicitou que o secretário leve essa demanda a sério, estabelecendo reuniões com as classes artísticas para ouvir as necessidades do conselho, essa verba que está aqui é federal e não do governo estadual. Ela finalizou sua fala pedindo que o novo secretário leve essa questão diretamente ao governador, pois muitos artistas estão pedindo pelos editais e pela colaboração entre o governo estadual e federal. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** iniciou sua fala cumprimentando a todos presentes, o futuro secretário e o público na plateia, destacando também os representantes municipais e culturais, como o pai Jorge e os demais, especialmente a representante de Cultura Rosa dos Anjos. Revelou que ele foi uma das pessoas que foi para a rua lutar contra a não continuidade do processo de construção da política pública cultural no estado, mas ele expressou sua confiança de que, ouvindo a classe artística e o próprio Conselho de Cultura, o novo secretário entenderá a importância da continuidade desse processo. Ele destacou que, antes da criação dos conselhos de cultura, o poder público não se aproximava do interior do estado. Porém, com a constituição desses conselhos, pela primeira vez o poder público por meio desse conselho chegou ao interior, e o começou a buscar, porta a porta, identificar quem estava produzindo arte e cultura nas regiões. Fez um apelo ao secretário para que ele continue com o trabalho iniciado por esse

Conselho, que já vem desenvolvendo um trabalho importante no estado. Ele mencionou que esse trabalho foi produtivo, com os editores lançando chamadas que passaram de 500 inscrições para mais de 3.000, evidenciando o crescimento da participação cultural. Por fim, se apresentou como um artista circense, que atua como artista de rua, vivendo de sua arte, e destacou que está ali para somar e contribuir tanto com o Conselho quanto com o secretário e os demais presentes. **O conselheiro Ludimar Kokama** iniciou sua fala cumprimentando a todos, incluindo o futuro presidente do CONEC, e se apresentou como Ludimar Kokama, mas com a solicitação para ser chamado apenas de Kokama, nome de seu povo. Ele destacou sua origem na região do Alto Solimões, município de Santo Antônio do Içá, e relatou que, apesar de atualmente morar em Manaus, sempre traz consigo sua conexão com sua terra e seu povo. Disse que trouxe consigo uma demanda de seu município, compartilhada com o secretário local, sobre o espetáculo "Natal da Floresta", que nunca teve o apoio da Secretaria de Cultura, e pediu que a Secretaria olhasse mais atentamente para os municípios, especialmente para as iniciativas culturais de sua região, representa 62 municípios, todos com presença indígena, e que muitos desses municípios têm fazedores de cultura. Relatou sua experiência durante a PNAB, onde percorreu mais de 2000 km, incluindo a região do Alto Rio Negro, visitando três municípios da área, e também foi ao município de Humaitá com a equipe do conselheiro Vanderley Pinheiro. Ele falou com propriedade sobre a sua região, que conhece como a palma da mão, mencionando que conhece profundamente os rios daquela região e sua cultura. Pediu que o presidente do CONEC desse continuidade ao trabalho debatido e aprovado dentro do Conselho, reforçando sua esperança de que as questões tratadas durante a gestão anterior sigam em frente. Além disso, solicitou que o presidente levasse para a reunião ordinária ou extraordinária de quarta-feira o PPA, a LDO e a LOA da SEC, para que pudessem ser apresentados e discutidos, incluindo uma análise sobre como os recursos foram ou não empenhados e como serão aplicados no ano de 2025. **O secretário geral** saudou a todos e informou sua formação em propaganda e marketing, pós-graduado em gestão de políticas públicas e especializado em gestão e produção cultural pela UEA. Tem 39 anos e está há mais de 25 anos na carreira cultural. Comentou que já fez parte do coletivo "Confusão" e se considera o "cara da confusão", mencionando que quem acompanha as redes sociais dele pode já ter visto isso, já que notou que o futuro secretário viu seus Stories. Disse que, apesar de ser conhecido por essas posições mais

combativas, "porta para dentro", ou seja, dentro do Conselho, será sempre parceiro do futuro secretário. Antes de começar, citou uma passagem do livro de Eclesiastes 3:7-8: "**Há um tempo para rasgar, e um tempo para costurar, há um tempo para ficar em silêncio e um tempo para falar, há um tempo para amar e um tempo para odiar, há um tempo para guerra, e há um tempo para a paz**". Continuou, dizendo que espera que chegue um momento de paz para todos, pois o que tem acontecido até agora tem sido uma luta constante, e não apenas uma luta interna do governo, mas também uma luta para que o Brasil entenda os fatores culturais que envolvem o Amazonas. Disse que acredita que toda mudança traz algo positivo e espera que, a partir daquele momento, a mudança seja algo verdadeiramente positivo para todos. Pedro falou sobre os processos em andamento, mencionando que estão em curso 12 editais que precisam ser concluídos e com resultados imediatos, além de iniciar o processo de pagamento e tem 4 a serem lançadas imediatamente pela PNAB. Citou que está em andamento a comissão de Constituição e Justiça para modernizar todas as leis estaduais de cultura, que são muito antigas. Além disso, mencionou o plano estadual de cultura, ressaltando que, desde a reativação do Conselho, o último plano estadual de cultura não foi registrado, e que as atas também não foram feitas. Ele considerou esse fato desrespeitoso com o Conselho e com todos os envolvidos no processo. Concluiu sua fala dizendo que apenas o presidente do Conselho teria a autoridade para pedir tempo durante a reunião e, finalmente, disse que o plano nacional de cultura está em curso. Comparou o processo de construção desse sistema à tarefa de construir um carro, afirmando que é necessário trocar a roda, o motor, o pneu e o motorista há muito trabalho a ser feito e que sua intervenção foi para destacar a necessidade de continuidade e efetividade nessas ações. **Alberto Jorge** fez uma intervenção, pedindo desculpas por interromper, mas mencionou que havia acabado de sair nas notícias nacionais sobre o desabamento do teto da Igreja de Ouro, em Salvador, no Pelourinho. Informou que uma pessoa havia morrido e várias outras estavam feridas. Isso mais uma vez evidencia a maneira como a cultura foi tratada durante os quatro anos de governo Bolsonaro, apontando que tudo ficou negligenciado, entregue ao "desprezo" e "cupins", resultando em uma grande perda para o patrimônio histórico nacional e mundial, além da tragédia de uma vida perdida. Ele classificou o ocorrido como um "crime contra a humanidade". **O presidente** declarou encerradas as apresentações e passou à **ORDEM DO DIA**. Em seguida, concedeu a palavra ao secretário geral para enumerar as pautas. **O**

secretário-geral informou que, na pauta do dia, seriam tratados os seguintes temas: 1. pedidos de alteração pós-escutas, 2. alteração do PAAR, 3. cronograma da segunda etapa das ações coordenadas da PNAB Amazonas, 4. cronograma de reuniões de avaliação com as equipes da busca ativa e coleta e compilado de relatórios e 5. aprovação do Relatório Anual de Atividades do CONEC 2024. Informou que, no primeiro ponto de pauta, foram convidados Douglas Rodrigues, caso estivesse online, para se manifestar, e Andarilha, para tratar das questões relacionadas aos pontos de cultura homologados que ainda não possuem CNPJ. Ele também solicitou que Anne Paiva relatasse os pedidos feitos durante as escutas sobre espaços culturais e pesquisa, suspendendo a reunião por cinco minutos para essa organização. Explicou que as alterações solicitadas seriam debatidas em um formato de defesa e contraponto, antes de serem colocadas em votação pelo colegiado. Ressaltou que apenas os titulares ou seus suplentes teriam direito a voto. **Anne Paiva** cumprimentou a todos e informou que, na semana anterior, haviam sido realizadas duas importantes escutas dentro do processo de discussão e aprimoramento das políticas culturais. No dia 29, ocorreu a escuta voltada para os pontos e pontões de cultura, e, no dia 30, a escuta dedicada aos espaços culturais e à pesquisa, destacando a relevância desses encontros, pois diversas demandas foram apresentadas pelos participantes e que agora seriam trazidas para debate no âmbito do Conselho. Em seguida, abordou especificamente os resultados da escuta de pontos e pontões, informando que a primeira solicitação de alteração identificada foi a inclusão de premiação dentro das ações previstas. Ela explicou que, no momento da elaboração do PAAR, havia sido definido que a execução dos recursos destinados a pontos e pontões de cultura seria realizada apenas por meio de Termos de Compromisso Cultural (TCC). No entanto, no decorrer das discussões, percebeu-se que havia um recurso disponível especificamente para pontões de cultura e que o restante do montante disponível estava reservado para os pontos de cultura, mas exclusivamente para execução via Termos de Compromisso Cultural. O primeiro ponto levantado durante a escuta, e que muito provavelmente seria aprofundado por Andarilha em sua manifestação, foi justamente a necessidade de incluir um edital de premiação. Ela explicou que, para viabilizar essa mudança, seria necessário realizar uma alteração formal no PAAR. Essa questão foi amplamente debatida pelos participantes da escuta, que solicitaram que o Conselho se manifestasse oficialmente sobre isso em reunião. No próximo ponto, esclareceu que a

modalidade de premiação poderia ser aplicada por meio de editais voltados tanto para coletivos organizados que não possuem CNPJ quanto para entidades culturais devidamente formalizadas com CNPJ. Ela reforçou que essa previsão já consta na instrução normativa vigente, a qual estabelece os valores definidos para contemplação nos processos de premiação, tanto para organizações sem CNPJ quanto para aquelas que possuem registro formal. Foi solicitado durante a escuta a inclusão da categoria de pontos temáticos dentro do edital de pontos de cultura. Questionou aos presentes se preferiam deliberar primeiro sobre o edital de Pontos e Pontões, definir as alterações necessárias e, somente depois, avançar para a discussão do edital de espaços culturais. Após essa consulta, ela afirmou que a pauta relacionada a Pontos e Pontões estava encerrada. **Luciane Ituassú** pediu a palavra para se dirigir ao Secretário Geral, justificando sua intervenção pelo fato de ter observado movimentação entre alguns conselheiros durante a discussão. Ela manifestou a preocupação de que todos os presentes tivessem compreendido plenamente as solicitações feitas pela classe artística. Assim, questionou se todos haviam conseguido ouvir e entender as demandas apresentadas. **Karollen**, conhecida como Andarilha, iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes, tanto aqueles que estavam participando presencialmente quanto os que acompanhavam de forma remota. Se apresentou como produtora cultural, gestora e agente territorial de cultura pelo Ministério da Cultura na região imediata de Manaus. Além disso, destacou sua participação na Quarta Conferência Nacional de Cultura, onde representou o setor da Cultura Popular. Durante sua atuação na conferência, participou ativamente da votação que aprovou a destinação de 30% dos recursos para o Plano Nacional das Culturas Populares, assim como para a Lei de Mestres e Mestras da Cultura e a Lei Cultura Viva. Na escuta promovida recentemente, esteve presente e contribuiu tanto no debate sobre Cultura Popular quanto na escuta de Pontos e Pontões de Cultura. Ao longo dessas discussões, um dos pontos abordados foi a necessidade de contemplação dos coletivos culturais que ainda não possuem formalização jurídica, explicou que a política Cultura Viva, para aqueles que não estão familiarizados com ela, abrange tanto os entes que possuem CNPJ quanto os coletivos e grupos culturais que ainda não se formalizaram. Ela ressaltou que a contemplação desses grupos pode ocorrer por meio dos Termos de Compromisso Cultural (TCC), assim como através de editais de premiação e bolsas destinadas aos agentes culturais. No entanto, ao ser divulgada a minuta do edital, foi identificado um problema: os coletivos sem CNPJ não estavam

608 contemplados. Diante dessa situação, no dia 20 de setembro de 2024,
609 compareceu à SEC acompanhada de Anne Paiva e Thiago Hermido para tratar
610 do assunto. Na ocasião, representava o coletivo Cocada Baré, que é um ponto
611 de cultura, bem como o quilombo urbano de São Benedito. Durante a reunião,
612 foi solicitado à SEC que revisasse esse ponto do edital, porém foi informado que
613 o PAAR já estava fechado, impossibilitando qualquer alteração para incluir a
614 contemplação de coletivos informais, ainda que fossem reconhecidos como
615 pontos de cultura. Ela ressaltou que, atualmente, há 56 coletivos culturais sem
616 CNPJ no estado, enquanto o número de entes formalizados é de 48, tornando
617 os coletivos a maioria entre os pontos de cultura. Nesse sentido, manifestou sua
618 preocupação com a exclusão dessas iniciativas e afirmou que seria inaceitável
619 que o Amazonas lançasse um edital de pontos de cultura sem contemplar a
620 maioria dos grupos atuantes na região. Dirigiu-se aos conselheiros, em especial
621 aos representantes da Cultura Popular, Cultura Afrodescendente, Folclore e
622 Carnaval, pedindo que compreendessem a complexidade e a diversidade das
623 práticas culturais dos grupos existentes no estado. Enfatizou que estava ali para
624 defender a destinação de um recurso específico para a premiação desses
625 coletivos, pois essa não era apenas uma demanda do seu grupo, mas também
626 de muitos outros que não estavam presentes na reunião e, portanto, não tinham
627 a oportunidade de fazer essa defesa diretamente. **O secretário geral** agradeceu
628 à Andarilha por sua presença e contribuição ao debate. Em seguida, questionou
629 se Douglas Rodrigues estava presente na reunião, mas, ao perceber que ele não
630 se encontrava, prosseguiu com um esclarecimento. Ele explicou que, no dia da
631 oitiva, havia sido combinado que Douglas falaria contra a inclusão dos coletivos
632 sem CNPJ no edital. Entretanto, após a oitiva, Douglas o procurou para continuar
633 o debate sobre a questão e durante essa conversa, ele revisou a política,
634 trocaram artigos entre si, e, ao final da discussão, conseguiu convencê-lo da
635 importância de também contemplar os coletivos culturais no edital. Disse que
636 Douglas, inicialmente, defendia que o edital fosse exclusivo para entidades com
637 CNPJ, vinculadas ao Termo de Compromisso Cultural (TCC), que era a forma
638 como a proposta havia sido estruturada. Porém, após a conversa, Douglas
639 compreendeu a relevância dos coletivos informais e sugeriu um critério adicional:
640 a concessão de uma pontuação extra de 10% para aqueles que fossem
641 reconhecidos como pontos de cultura há mais de 10 anos. Destacou que estava
642 apenas defendendo essa sugestão, conforme o próprio Douglas havia solicitado.
643 Na sequência, dirigiu-se à ASPC para saber se eles haviam conseguido

responder a tempo ao Memorando que solicitava os extratos e os rendimentos da verba da Política PNAB referentes ao período de 2023/2024. Ele explicou que essa informação era crucial, pois o tema já entraria na próxima pauta da reunião. Ressaltou que, caso a decisão fosse pela inclusão dos coletivos, seria necessário realizar uma alteração no PAAR, informou ainda que a equipe havia se comprometido a apresentar, naquela reunião, um estudo detalhado sobre o impacto dessa alteração no cronograma e na viabilidade da sua execução. Em conversa prévia com o MinC, foi informado de que a alteração no PAAR poderia ser realizada posteriormente, o que poderia facilitar o encaminhamento da proposta. **Luciane Ituassú** informou que a questão que estava sendo discutida era exatamente o que ela e sua equipe pretendiam esclarecer naquele momento. Em seguida, **O Secretário Geral** esclareceu, a título de encaminhamento, que houve uma decisão anterior sobre a destinação da verba proveniente dos rendimentos e que seria necessário resgatar essa decisão para confirmar os detalhes, o plano inicial era direcionar esse transbordamento de recursos diretamente para o próprio edital. Além disso, ressaltou que não havia rendimento previsto para os 5% destinados à operacionalização da lei, o que abriria a possibilidade de utilizar os valores disponíveis para a criação de novos projetos dentro do PAAR. **O conselheiro Elson Rocha** solicitou a palavra para fazer uma questão de ordem. Para destacar que haverá uma votação em breve sobre a possibilidade de alteração do PAAR e que a discussão atual está diretamente relacionada à próxima etapa da reunião. Para ele, o mais adequado seria primeiro definir se a mudança no PAAR será aceita e, somente em caso de aprovação, prosseguir com a discussão dos detalhes da pauta. **O secretário geral**, por sua vez, reforçou a necessidade de seguir a Ordem do Dia. Ele explicou que há outros pedidos de alteração e que, por esse motivo, as pautas foram organizadas dessa maneira. Caso sejam identificadas várias mudanças necessárias no PAAR, essas alterações serão reunidas e colocadas em votação para decisão do colegiado. Informou que a proposta é se o colegiado aceitaria os pontos de cultura homologados que não possuem CNPJ. **O conselheiro Menciús Melo**, por sua vez, levantou uma questão de ordem, questionando se o PAAR permitiria essa inclusão. Ele ressaltou que a discussão não poderia avançar caso o PAAR não permitir. Em resposta, **o secretário geral** esclareceu que, para aqueles que não tinham conhecimento do processo, o PAAR pode ser alterado ao longo de sua execução. **Luciane Ituassú**, em relação ao PAAR, questionou o motivo da ordem das pautas estarem organizadas daquela

maneira. Explicou que, primeiro, era necessário que todos compreendessem o que estava sendo solicitado para, a partir disso, proceder com a votação de alteração. Esclareceu que, ao falar sobre a alteração do PAAR, ele vai se dar por consequência da compreensão do que estava sendo solicitado e da decisão dos presentes em concordar ou não com a proposta é nesse momento, não seria necessário o envio de um novo documento para passar por toda a tramitação do procedimento administrativo para a alteração, considerando o status atual da PNAB 2023, que já estava em andamento, já há dois editais em curso e, como o trâmite de execução está em andamento, qualquer deliberação que alterasse algo inicialmente proposto seria justificada na prestação de contas. No entanto, enfatizou a necessidade da deliberação do pleno para garantir um instrumento legal a ata que valida essa alteração lá na prestação de contas. **O Secretário-Geral** esclareceu para o Presidente que o pedido de alteração da Andarilha estava relacionado à possibilidade de pensar em um edital voltado para pontos de cultura homologados que não possuíam CNPJ. Ele questionou se essa proposta seria aceita ou não, embora parte de sua fala tenha sido inaudível. **Luciane Ituassú** afirmou que, inicialmente, começaram a discussão sobre o pedido de inclusão de premiação no edital de Cultura Viva, especificamente nos pontos de cultura, um ponto de atenção que é propício e influencia na votação, informando que, conforme o parecer da Advocacia-Geral da União, número 148/2024, para premiação, não TCC, seria aplicada a retenção de imposto de renda. Esse é um ponto importante para caso alguém não tenha esse conhecimento antes de fazer a votação. **O secretário geral** questionou se era apenas o imposto de renda de 27,5% e o ISS. **Luciane Ituassú** confirmou com um "sim". **Anne Paiva** acrescentou sobre a importância que todos saibam que a premiação possui valores máximos. Para pessoa física, o valor máximo não pode ultrapassar 30.000, sendo necessário considerar a dedução de 27,5%. Já para pessoa jurídica, o valor máximo é de 60.000. **O secretário geral** informou que a premiação para PJ, premiação para PF, representante de coletivo é até R\$ 30.000. Então o trabalho, o valor que dá para ser trabalhado é de 0 a R\$ 30.000. Pediu esclarecimento para Anne e Luciane sobre o tipo de entrega, ressaltando que não se tratava da mesma entrega do TCC. **Anne Paiva** explicou que a premiação não tem entrega, é que nem a premiação dos mestres. Ela perguntou se todos se lembravam desse modelo, no qual o mestre apenas recebia o recurso e podia utilizá-lo como quisesse, sem necessidade de prestação de contas ou de execução específica. A premiação funciona como um reconhecimento, no sentido de afirmar que o

716 contemplado era realmente um ponto de cultura e, portanto, merecia receber a
717 premiação, da mesma forma que aconteceu com os mestres, ficando a critério
718 dos beneficiários o uso do recurso recebido. **O secretário geral** disse que lá tem
719 uma proposta descritiva e é importante que as pessoas não prometam demais.
720 **Luciane Ituassú** esclareceu que não havia necessidade de uma preocupação
721 excessiva com a questão. Explicou que o que traz maior burocracia e amarração
722 ao processo são as modalidades que exigem um nível mais rigoroso de
723 prestação de contas. Comparou essa exigência com a lei de fomento, citando
724 exemplos como Carnaval e Folclore, que seguem um modelo mais estruturado.
725 Nesses casos, há a obrigatoriedade de um plano de trabalho, orçamentos
726 detalhados e uma prestação de contas mais rígida, o que diferencia essas
727 modalidades da premiação. Ressaltou que, ao trabalhar com o TCC, é possível
728 alcançar valores mais elevados justamente porque há um regimento mais
729 rigoroso. Em contrapartida, na premiação, não há necessidade de prestação de
730 contas nem de monitoramento sobre o uso dos recursos recebidos, o que
731 justifica a aplicação da retenção do imposto de renda e a consequente redução
732 no valor. **O secretário geral** perguntou se todos estavam esclarecidos e se
733 podiam seguir para a votação. **O presidente** respondeu afirmando que ainda era
734 um esclarecimento. **O secretário geral**, então, mencionou um memorando em
735 que havia solicitado diversos equipamentos, como microfone, computador e
736 projetor, pedindo para que fosse lido com carinho. **O conselheiro André Durand**
737 começou sua fala de forma descontraída, mencionando a prosperidade de uma
738 pessoa e mencionando que, em breve, seria realizado o Conec Itinerante na
739 Zona Leste, onde ele e outros participariam. Fez uma referência a festivais e
740 "botons" que estavam por vir. Em seguida, pediu à Andarilha um esclarecimento,
741 solicitando que fosse apresentado um mapeamento por zona, para que o
742 colegiado tivesse conhecimento sobre os coletivos mencionados que não
743 possuíam CNPJ. Disse que quando o PAAR foi votado todos estavam cientes de
744 que alterações poderiam ocorrer. Envolvendo a questão das premiações, ele
745 expressou uma preocupação sobre a possibilidade de alguém pegar o recurso
746 sem executar o projeto, citando um exemplo de Tefé, onde uma pessoa comprou
747 uma moto sem ter executado o projeto, o que não seria aceitável. Ele destacou
748 a importância de ter acesso a um relatório sobre as premiações, como foi feito
749 no caso dos mestres e mestras, e sugeriu que esse relatório fosse encaminhado
750 à Secretaria para servir como um documento comprobatório. Esse relatório seria
751 necessário para respaldar os projetos e possibilitar a emissão de declarações

que pudessem ser usadas, por exemplo, para comprovar a atuação de um artista. Se preocupa com a questão da pessoa receber esse prêmio e sumir e não executar o projeto, não representa o coletivo e quando recebem, somem com o dinheiro e não fazem nada. **O conselheiro Menciús Melo** se dirigiu ao Conselheiro André, destacando que era conhecido no Conselho por seu pragmatismo e por ser contra a burocracia. No entanto, reconheceu a necessidade de, pelo menos, um mínimo de informação para premiar os coletivos. Enfatizou que não bastava apenas afirmar "sou coletivo e entrei", apontando que era necessário um critério mais estruturado para garantir a premiação. **O secretário geral** disse que Andarilha também é pesquisadora. Em seguida, destacou que as informações sobre os coletivos eram públicas e estavam disponíveis no MAPAS. Informou ao Secretário de Cultura que o Elson Rocha é Conselheiro Nacional, ressaltando que era a primeira vez que a Região Norte tinha dois conselheiros e um suplente, todos do Amazonas eleitos por voto. Continuou explicando que essas informações estavam disponíveis com a conselheira Lydia Lúcia e o conselheiro Elson Rocha e estavam registradas no MAPAS. Informou que no estado havia 56 coletivos informais e sugeriu que o termo "informais" fosse evitado, pois esses coletivos não eram informais, mas sim coletivos sem CNPJ. Também esclareceu que, durante a reunião, apenas os conselheiros teriam direito a voz, e os convidados que precisassem se manifestar teriam que aguardar até o final da reunião para poderem falar. Por fim, ele deu a palavra à conselheira, permitindo que ela se manifestasse. **A conselheira Jordânia Galdino** fez uma observação sobre ser a única mulher presente na reunião, além da conselheira Lucimar, e destacou que, frequentemente, sua fala era "brecada" e como mulher eleita e reeleita duas vezes, às vezes se via na necessidade de gritar para conseguir ser ouvida e ter sua posição de fala respeitada. Compartilhou sua preocupação com a questão da visibilidade dos movimentos, mencionando que, como parte de um grupo de teatro da periferia, sentia que, apesar de estar em atividade há cerca de 47 anos e se aproximando dos 50, o grupo continuava invisível. Fez referência a essas pessoas que também não estavam mapeadas e enfatizou que, embora a defesa dos coletivos fosse importante, era essencial focar naqueles que estavam nas periferias e que não tinham acesso ao poder público. Ressaltou a importância da busca ativa, um trabalho que começou no interior do estado, mas que ainda não havia alcançado Manaus, incluindo as periferias e zonas rurais. O trabalho de busca ativa deveria ser realizado de forma eficiente para que os coletivos e

movimentos invisíveis tivessem a oportunidade de acessar os recursos públicos, pois, do contrário, a verba nunca chegaria até eles. Finalizou dizendo que essa busca ativa era necessária para garantir que todas as áreas, incluindo o teatro e outros setores, fossem atendidas. **O conselheiro Ludimar Kokama** pediu que a reunião avançasse e não perdesse tempo discutindo questões desnecessárias. Ele citou a Lei 13.018, de 22 de julho de 2024, que trata da Política Nacional de Cultura Viva e explicou seu artigo 4º, destacando que ele menciona que a política compreende, entre outros instrumentos, os pontos de cultura, que podem ser entidades jurídicas sem fins lucrativos ou grupos/coletivos sem constituição jurídica, desde que tenham natureza ou finalidade cultural e desenvolvam atividades culturais em suas comunidades. De acordo com a lei, não havia necessidade de continuar debatendo se os coletivos sem constituição jurídica podiam participar, pois a legislação já permitia essa participação, a aprovação dos pontos e pontões não é responsabilidade do CONEC nem da Secretaria de Cultura, mas sim do Ministério da Cultura, que decide quem pode ser ponto de cultura. Finalizou questionando o que mais ainda precisaria ser discutido. **O secretário geral** informou que ainda estavam inscritos para falar os conselheiros Vanderley Pinheiro, Elson Rocha, Dudson Carvalho e Lucimar Marques. Disse que Andarilha foi citada várias vezes e havia solicitado direito de resposta. Ele então fez uma sugestão, perguntando se poderiam limitar o tempo de fala para um minuto e 30 segundos de conclusão, para evitar que a discussão se alongasse por muito tempo, o que poderia resultar em meia hora de debate. Após isso, perguntou se deveriam seguir para a votação ou continuar com as falas. Ele então pediu que o conselheiro Elson Rocha, Conselheiro Nacional, pudesse passar uma informação. **O conselheiro Elson Rocha** esclareceu que sua intenção era apenas trazer informações. Disse que os coletivos estavam sendo reconhecidos e destacou que, na elaboração do PAAR, houve três dias de discussão, nos quais as entidades foram convocadas para participar. Explicou que, dentro dessa escuta, o tema estava sendo abordado e ao falar em bolsa e prêmio, seria necessário alterar a estrutura que estava sendo discutida, mas ressaltou que não era contra a questão dos coletivos informais. O novo marco regulatório das OSCs poderia permitir que esses coletivos nomeassem um representante ou "empreendedor" para atuar em nome do coletivo, o que abriria espaço para novas discussões sobre o tema. Também falou sobre a preocupação com a necessidade de finalizar as questões relacionadas ao prêmio até junho, pois, caso contrário, não seria possível

824 avançar para a próxima etapa. Sugeriu que essa situação poderia dobrar os
825 valores disponíveis, permitindo o trabalho com os coletivos, e mencionou a
826 importância de se criar uma legislação que regulamentasse essa questão, já que
827 não era um problema exclusivo dos coletivos, mas também de outros fóruns em
828 Manaus, que, em sua maioria, também não possuíam CNPJ. **O conselheiro**
829 **Vanderley Pinheiro** expressou sua preocupação em relação ao que foi
830 aprovado no PAAR, ressaltando que houve uma participação significativa,
831 principalmente do interior, onde muitas pessoas se dispuseram a vir até a cidade
832 para contribuir com suas opiniões. Ele questionou se, ao alterar o que foi
833 discutido e aprovado, não estariam desconsiderando as contribuições dessas
834 pessoas que participaram do processo. Embora reconhecesse a importância da
835 fala de Andarilha e a louvável proposta dela, apontou um conflito, já que a
836 mudança poderia anular o que havia sido proposto no PAAR. A sua principal
837 preocupação era justamente essa: a possível desconsideração do que foi
838 aprovado anteriormente. **O conselheiro Dudson Carvalho** disse que, embora
839 quisesse falar por mais tempo, se limitaria a um minuto. Lembrou aos
840 conselheiros que houve uma escuta de três dias, na qual estavam presentes
841 tanto pessoas físicas quanto jurídicas de todo o estado. Sua preocupação era
842 sobre o fato de que, ao reabrir a escuta e discutir novas propostas, como a
843 questão do valor de 300.000, que poderia ser alterado para 360.000 ou 120.000,
844 acabaria gerando uma nova discussão, sem que esse ponto tivesse sido
845 abordado anteriormente. Também questionou o tempo necessário para
846 implementar as mudanças propostas e sugeriu que, caso houvesse outra escuta,
847 seria importante tratar de todos os pontos, como o financiamento, juros do
848 dinheiro e outras questões. Ele afirmou que, se o PAAR fosse alterado neste
849 momento, seria necessário voltar a escutar as partes envolvidas, já que nem
850 todos os pontos, incluindo o CNPJ, haviam sido discutidos adequadamente.
851 Citou ainda a situação do governo federal, que havia levado três meses para
852 homologar pontos, o que afetava várias associações, incluindo a sua, que possui
853 mais de 40 CNPJs. Se o Conselho pudesse votar com base no que já estava
854 decidido, sem mais alterações, isso seria o ideal. **O secretário geral** iniciou sua
855 fala esclarecendo o processo de escuta pré-edital, explicando que o edital é
856 lançado com uma minuta, recebe novas sugestões e, em seguida, é feita uma
857 nova oitiva para verificar se a classe concorda com as alterações. Ele destacou
858 que a maioria das pessoas que participaram da última oitiva concordaram com
859 a necessidade de mudanças, e afirmou que, de acordo com a lei, não há

problema em alterar o PAAR. Ele reforçou que havia tempo hábil para isso e, após consulta ao MinC, as mudanças poderiam ser feitas, mas apenas quando for justificada. também disse que não havia a intenção de voltar atrás, e que as alterações seriam feitas de acordo com as demandas da população. Em relação aos pontos de cultura formalizados, ele garantiu que não haveria alteração nos prêmios de R\$ 300.000,00 já acordados, que continuariam os 14 prêmios para formalizados, sendo 7 para o interior e 7 para a capital. Ele também sugeriu um cálculo para prêmios de R\$ 30.000,00, com 14 prêmios distribuídos igualmente entre o interior e a capital, o que resultaria em aproximadamente R\$ 3.000.000,00. Pediu para que os coletivos informais se formalizassem, afirmando que isso traria mais benefícios e oportunidades para todos, a busca por esses coletivos deveria ter começado nos seminários de junho, mas reconheceu que, por falta de informação, os pontos estavam espalhados. O total de pontos de cultura seria de 106, mas que apenas 24 estavam completos, destacando que ainda era um número muito pequeno e que, no próximo ano, seria necessário repensar como elaborar as ações. **Anne Paiva** fez um esclarecimento sobre algumas regras presentes na instrução normativa relacionadas aos prêmios da Cultura Viva, alguns municípios que receberam mais de R\$ 300.000,00 (corrigido para R\$ 360.000,00) poderiam executar ações relacionadas à Cultura Viva, mas a maior parte dos municípios usou os recursos apenas para executar prêmios, já que o valor não era tão alto com exceção de Manaus, que conseguiu realizar um edital exclusivamente para prêmios. Também explicou que quem for contemplado com um prêmio no município não poderá ser contemplado com outro prêmio no estado, devido a uma vedação, e o mesmo vale para quem for contemplado com o Termo de Compromisso Cultural no estado. Ou seja, uma pessoa só pode ser premiada uma vez dentro do contexto da Cultura Viva. **Luciane Ituassú** fez um esclarecimento adicional, ratificando um ponto que já era de conhecimento dos presentes, mas que ela achava importante reforçar. Em relação ao controle das premiações, alguns municípios já executaram seus editais de premiação, e que atualmente é possível acessar as listas e resultados desses municípios. No entanto, outros municípios ainda não executaram esses editais. No caso dos municípios que ainda não realizaram suas premiações, o que vai prevalecer é o processo do estado. No entanto, ela destacou que não é possível controlar como a premiação será conduzida nos outros municípios e, portanto, caso haja concentração indevida de recursos, será necessário aguardar as denúncias. **O conselheiro**

896 **André Durand** fez um questionamento sobre a questão da denúncia relacionada
897 a municípios que receberam recursos, mas onde há dúvidas sobre a
898 identificação dos Pontos ou Pontões de Cultura. Mencionou o exemplo de
899 municípios como Itacoatiara, onde não se sabe ao certo quem são os
900 beneficiados, e expressou a preocupação de que esses coletivos possam não
901 ter CNPJ. Perguntou como será o processo para recebimento dessas denúncias,
902 questionando se elas serão feitas diretamente para a Secretaria ou se também
903 poderão ser encaminhadas ao Conselho para análise. **Anne Paiva** comentou
904 que a definição das regras e do procedimento para as denúncias deve ser
905 estabelecida pelo Conselho no edital, visto que os quatro editais ainda não foram
906 lançados. Ela destacou a importância de refletirem sobre o que é relevante para
907 o processo, mencionando um ponto levantado pelo conselheiro Vanderley
908 Pinheiro. A questão das denúncias foi abordada, e explicou que as denúncias
909 estão sendo recebidas conforme o previsto no edital, ou seja, por e-mail da
910 ASPC, com um prazo para formalização do processo. Depois de formalizada, a
911 denúncia é respondida e segue para o Conselho. Também informou que já há
912 denúncias, como as da LPG, e que uma da PNAB ainda está aguardando
913 resposta. Ela sugeriu que o Conselho defina claramente como as denúncias
914 devem ser tratadas, para que o procedimento possa ser incluído no edital e as
915 pessoas saibam como o processo funcionará, mas é o conselho que vai decidir.
916 **Luciane Ituassú** explicou que, uma vez que um município tenha recebido uma
917 contemplação e já tenha divulgado o resultado, o monitoramento dessa
918 premiação não compete mais ao Conselho Estadual. Caso os conselheiros
919 estaduais recebam denúncias relacionadas a premiações de um município que
920 já tenha sido contemplado, a recomendação é que essas denúncias sejam
921 encaminhadas ao conselho municipal do respectivo município, para que eles
922 tomem as providências necessárias. No entanto, se houver algum erro, como um
923 nome de um contemplado ainda aparecendo na lista do Estado por algum lapso,
924 aí sim, o Conselho Estadual pode agir e tomar as medidas cabíveis, como parte
925 de suas atribuições. **O conselheiro Elson Rocha** esclareceu que o Conselho
926 Estadual não tem poder para intervir diretamente no municipal, mas pode
927 orientar os municípios, assim como ocorre no Conselho Nacional. **O conselheiro**
928 **André Durand** comentou que há municípios que, apesar de terem recebido mais
929 de R\$ 260.000,00, não querem aplicar os recursos nos Pontos e Pontões de
930 Cultura, e questionou se esses municípios são obrigados a fazer essa aplicação.
931 **O conselheiro Wellisson Batista** convidou sua suplente para contribuir com a

932 discussão. **O secretário geral** interveio, afirmando que a suplente só poderia
933 falar se a pauta permitisse sua inclusão na discussão em questão. **A**
934 **conselheira Lydia Lúcia** esclareceu que, para se tornar um Ponto de Cultura,
935 é necessário cumprir exigências legais, podendo ser feito por meio do CNPJ de
936 uma associação ou representando um coletivo com o CPF de uma pessoa
937 escolhida. A questão do convênio é outra legislação distinta, além disso,
938 mencionou a possibilidade de dois editais: um para o Termo de Compromisso
939 Cultural (TCC) e outro para a premiação, que são processos diferentes. **A**
940 **conselheira Lucimar Marques** apoiou a fala de Lydia Lúcia, destacando que os
941 coletivos são amparados por lei e que já houve editais específicos para pontos
942 com CNPJ e para pontos sem CNPJ, como no projeto Sérgio Mamberti. No
943 Amazonas não pode haver diferenciação entre eles, defendendo a criação de
944 editais separados para pontos com e sem CNPJ. Enfatizou que a lei deve ser
945 cumprida e que, se a demanda vem da sociedade civil, o Conselho deve abrir
946 espaço para todos, sem privilegiar um grupo em detrimento do outro. **O**
947 **conselheiro Vanderley Pinheiro** abordou a questão de uma denúncia recebida
948 sobre um proponente que recebeu dois prêmios pelo mesmo projeto, um no
949 estado e outro no município, como CNPJ. Ele destacou a necessidade de criar
950 mecanismos para evitar esse tipo de situação, pois o edital é claro ao afirmar
951 que o beneficiado deve escolher um prêmio, não podendo acumular dois.
952 Embora não fosse uma perseguição pessoal, ele estava tomando atitudes
953 cabíveis diante de suspeitas de irregularidade, formalizando denúncias tanto
954 para a Secretaria Estadual quanto para o município. **O presidente** perguntou se
955 todos estavam esclarecidos sobre o assunto e propôs a votação. Ele sugeriu
956 que, se não houvesse mais dúvidas, poderia encerrar a discussão para seguir
957 com as outras pautas. Perguntou quem for a favor, permaneça como está e
958 quem for contra a levante a mão. Foi aprovada por unanimidade a inclusão de
959 coletivos sem constituição jurídica nos editais, conforme discutido previamente.
960 A questão da inclusão de coletivos no edital de ponto de cultura foi abordada,
961 com a necessidade de esclarecer se a inclusão deveria ser feita de forma
962 separada. **Luciane Ituassú** disse que o montante de R\$ 420.000 seria dividido
963 por 30 para contemplar 14 projetos, tem coletivos que já são pontos de cultura
964 certificados e os que ainda não alcançaram essa certificação. **O secretário geral**
965 reiterou que a inclusão se resumiria aos pontos homologados desde sempre,
966 desde o início que estão falando. **Luciane Ituassú** questionou sobre a
967 possibilidade de incluir uma pontuação extra para os coletivos formalizados e

homologados como pontos de cultura, considerando que a legislação não permite a vedação da participação de coletivos. **O secretário geral** concordou, afirmando que seria importante dar essa pontuação extra para os coletivos homologados e também sugeriu a necessidade de algum tipo de controle na avaliação desses pontos de cultura. **Anne Paiva** explicou que a certificação dos pontos de cultura não é realizada de maneira simples ou direta pelos analistas credenciados pela Secretaria, mas envolve uma comissão mista, incluindo representantes do Ministério da Cultura (MinC). Ela destacou que o MinC faz a homologação final, mas o processo realizado pelos estados e municípios é uma espécie de pré-certificação, ajudando o MinC a lidar com o grande volume de pontos de cultura ao fornecer uma filtragem inicial. Isso simplifica o trabalho do MinC, que, devido à sua capacidade limitada, depende dessa colaboração de outros entes federativos. **O secretário geral** destacou que já foram enviados dois memorandos solicitando ao Conselho Nacional que as homologações dos pontos de cultura sejam feitas a nível estadual. Ele explicou que, devido à estrutura da Secretaria, não há capacidade para executar todas as homologações diretamente, o que acaba gerando atrasos. Portanto, ele acredita que o critério de avaliação deve ser rigoroso, pois isso permite que um coletivo possa se autodeclarar ponto de cultura, o que requer atenção e controle adequados. **Anne Paiva** explicou que para ser considerado um ponto de cultura credenciado, certificado e homologado, é necessário cumprir requisitos mínimos, como ter um histórico de ações e portfólio. Durante a reunião anterior, houve uma discussão sobre o tempo exigido para participação, com alguns sugerindo 2 anos e outros 3. Para participar de editais de premiação, o requisito seria de 2 anos de atividades, enquanto para o edital de pontos de cultura, seria exigido um mínimo de 3 anos de ações comprovadas. Ela também fez um esclarecimento sobre coletivos que, embora não possuam CNPJ, já executam atividades coletivas, como grupos de maracatu, teatro ou dança, e que essas iniciativas devem ser reconhecidas de forma comunitária, e não individual. **O secretário geral** disse que, assim como no edital do Mamberti, seria interessante homenagear figuras importantes que contribuíram para a construção da política nacional de cultura viva, incluindo pessoas que já faleceram. Ele afirmou que o conselho estaria aberto para ouvir as opiniões sobre questões legais, mas que a entrada de coletivos informais, sem constituição jurídica, já foi aprovada no processo. Em seguida, pediu para seguir para os próximos pedidos de alterações. **Luciane Ituassú** informou que o

1004 próximo pedido seria a inclusão de pontos temáticos no edital de pontos. Como
1005 terão dois editais de pontos: um para TCC e outro para premiação. Caso haja a
1006 deliberação por essa inclusão, se ela se aplicaria nos dois editais e se haveria
1007 alguma temática específica a ser designada. **O secretário geral** pediu
1008 esclarecimentos sobre o que seriam "pontos temáticos", mencionando que essa
1009 era a primeira vez que ele ouvia esse termo, que foi citado na última oitiva.
1010 Solicitou que os conselheiros Lydia Lucia e Elson Rocha explicassem o que
1011 significaria essa inclusão de pontos temáticos. A conselheira **Lydia Lúcia**
1012 explicou que o Amazonas não tem ponto temático, pois ele é criado dentro do
1013 fórum da comissão nacional dos pontos de cultura. Ela destacou que é possível
1014 ter um "pontão temático", que é um coletivo de pontos certificados, e mencionou
1015 que existe a exigência de ter um pontão estadual e um pontão temático, mas que
1016 isso se aplica a pontões, não a pontos individuais. Explicou que um pontão
1017 temático é um coletivo formado por pontos certificados. Os pontos temáticos são
1018 reconhecidos dentro da comissão nacional dos pontos de cultura e fazem parte
1019 de uma linguagem interna. Eles precisam se reunir na rede para serem
1020 reconhecidos dessa forma, mas fora da rede, são considerados apenas pontos
1021 de cultura. **O secretário geral** questionou se, considerando que os coletivos
1022 informais sem constituição jurídica já foram incluídos no processo, também seria
1023 possível abrir espaço para os pontos temáticos. **A conselheira Lydia Lúcia**
1024 esclarece que os pontos temáticos são, na verdade, pontos de cultura. Ela
1025 explica que essa denominação é um termo interno utilizado pela Comissão
1026 Nacional. **O secretário geral** perguntou, se, caso os pontos temáticos entrem
1027 no edital, isso ocorra dentro da mesma categoria dos pontos sem constituição
1028 jurídica e dentro do mesmo número de premiações. Sua preocupação é com a
1029 possibilidade de qualquer pessoa simplesmente se declarar um ponto temático
1030 e se candidatar, o que poderia gerar uma grande demanda por homologação. **A**
1031 **conselheira Lydia Lucia** disse que isso consta em sua pauta. **O secretário**
1032 **geral** questionou a solicitação de inclusão dos pontos temáticos, argumentando
1033 que, se não há um pedido formalizado ou um impedimento real, a discussão se
1034 torna irrelevante. Ele também solicitou a lista com os contatos e e-mails dos
1035 pontos homologados, destacando que esse levantamento é uma
1036 responsabilidade da equipe e que ainda não foi apresentado. Além disso,
1037 reforçou que apenas 106 pontos estão formalmente homologados e que os
1038 informais precisam de uma base concreta para serem considerados. **O**
1039 **conselheiro Elson Rocha** esclareceu que os pontos temáticos funcionam

dentro de uma rede, onde diferentes grupos se organizam por área, como Dança, Folclore ou Teatro. Essa estrutura já existe dentro da rede nacional e, não tem isso para cá, é uma Câmara, é isso **Anne Paiva** disse que essa foi uma dúvida que surgiu na escuta, por parte da Mariane e também ficou com esse questionamento, porque o MinC solicita que se realize, tanto que está na minuta dos pontões que se realize um pontão temático indígena. Esse é o pontão temático que o MinC sugeriu. Solicitou, enfim, que fosse realizado. Está na minuta. Informou que, dentro da proposta do MinC, há duas vagas previstas: uma para um pontão indígena e outra para um pontão de tema livre. Diante disso, a dúvida levantada na escuta pública por Mariane foi se haveria vagas específicas para pontos temáticos em diferentes áreas. também citou a rede de pontos infantis de cultura, os chamados "pontinhos", como exemplo de nomenclatura temática já existente. pediu um esclarecimento maior sobre a intenção real do questionamento: se a proposta seria dividir vagas por temas dentro do edital ou se havia outro entendimento. **O conselheiro Elson Rocha** disse que terão que esclarecer muita coisa em relação aos pontos. **A conselheira Lydia Lúcia** cumprimentou a todos e se apresentou como integrante da comissão nacional dos pontos de cultura, representando o GT Amazonas. Explicou que o grupo é chamado de grupo de trabalho e que participa desde 2014. Perguntou "O que que é a comissão?" e respondeu que a comissão é um coletivo que representa atualmente 10.000 pontos certificados, sendo o órgão representativo desses pontos. Informou que a comissão certifica e organiza reuniões mensais para discutir a Lei Cultura Viva. Afirmou que todos os 26 estados e o Distrito Federal estão presentes, representando 5.500 municípios. Prosseguiu explicando que a comissão atua por meio dos fóruns municipais, estaduais e, posteriormente, do fórum nacional. Destacou que, ao se credenciar no Mapa da Cultura pelos certificadores, a pessoa já está automaticamente dentro da comissão. Relatou que, quando um estado abre um edital para pontos, ele avaliza e valida que aquele ponto indicado pela Secretaria de Cultura no edital tem condições de ser um ponto do estado do Amazonas. Mencionou que a lei estabelece que um ponto certificado já entra com 50 pontos à frente de um não certificado para garantir igualdade. Afirmou que o edital deve ser aberto com 50 pontos certificados e 50 novos pontos, garantindo que quem já possui um trabalho anterior seja premiado com até 50 pontos. Reforçou que quem tem um trabalho reconhecido será certificado. Informou que, no Amazonas, há 108 pontos certificados no Mapa da Cultura e 10 pontos

1076 reconhecidos, certificados por Sérgio Mamberti. Apresentou a relação dos
1077 pontos, destacando que, em Manaus, há 86 pontos; em Beruri, 2; em Boa Vista
1078 do Ramos, 1; no Careiro, 2; em Humaitá, 2; em Manicoré, 1; em Maués, 1; em
1079 Parintins, 2; em Figueiredo, 1; no Rio Preto da Eva, 1; em São Gabriel da
1080 Cachoeira, 3; e em Tabatinga, 1. Acrescentou que, pelo reconhecimento de
1081 Sérgio Mamberti, há 1 ponto em Parintins, que é o Boi Bumbá Caprichoso; 3
1082 coletivos em Manaus; 3 pontos em São Gabriel da Cachoeira; 1 em Coari; e 2
1083 em Boca do Acre. Ressaltou que esses são pontos reconhecidos no mapa.
1084 Assegurou que já disponibilizou essa relação para algumas pessoas e que
1085 poderá disponibilizar novamente assim que o sistema voltar a certificar,
1086 informando que, no momento, não há certificação de pontos, apesar de ser
1087 possível realizar inscrições. Questionou o motivo pelo qual não estão certificando
1088 e pediu um pouco mais de paciência para explicar. Disse que a certificação está
1089 suspensa porque estão aguardando os editais dos estados e que a comissão
1090 nacional está em parceria com alguns estados para atuar como parecerista.
1091 Explicou rapidamente a função dos pareceristas, destacando que é fundamental
1092 para responder ao edital de pontos. Informou que o proponente deve responder
1093 18 questões para participar como ponto e 23 questões para participar como
1094 pontão. Esclareceu que as perguntas não possuem respostas exatas e exigem
1095 experiência e imersão de quem já conhece o funcionamento dos pontos.
1096 Mencionou que, dentro da sua religião de matriz africana, há a necessidade de
1097 seguir a meta de 2023 do Plano Nacional de Cultura, que exige ação de
1098 formação, produção e difusão para ser um ponto de cultura. Ressaltou que um
1099 técnico pode interpretar formação apenas como oficinas, mas que o simples
1100 repasse do conhecimento da religião já é uma formação. Citou o exemplo das
1101 quadrilhas juninas, que, ao ensaiar, já estão formando novos coreógrafos,
1102 dançarinos e voluntários. Argumentou que esse entendimento não ocorre
1103 quando a pessoa não tem vivência no assunto. Informou que há prazo até 31 de
1104 julho para a formação dos conselhos e delegados do estado, e que é necessário
1105 realizar os fóruns municipal, estadual e federal. Comunicou que a comissão
1106 nacional solicitou que os estados indicassem 30 delegados, mas que o Ministério
1107 da Cultura argumenta que esse número é insuficiente, considerando que existem
1108 10.000 pontos. Afirmou que há um impasse no regimento interno sobre o que
1109 será definido nos editais de pontos e pontões. Explicou que os estados poderão
1110 indicar até três pontos temáticos para dentro da comissão e sugeriu que todos
1111 começassem a se organizar. Esclareceu que os coletivos são abertos à

certificação, mas não à premiação, pois o TCC (Termo de Compromisso Cultural) é um termo jurídico que exige conveniamento com uma pessoa jurídica. Informou que, por isso, precisa haver um edital específico para premiação, que não pode ser junto ao edital de TCC. Destacou que está empenhada para que o estado faça o maior número possível de pontos, pois não há uma rede ativada e o Amazonas não conseguiu realizar um pontão no Sérgio Mamberti, apesar de ter sido aberto para todo o Brasil. Relatou que todos os estados conseguiram realizar seus pontões, exceto o Amazonas, e afirmou que o estado está fora desse processo. Alertou sobre a necessidade urgente de um estudo sobre os municípios, pois apenas 13 municípios têm a obrigatoriedade de fazer pontos de cultura, enquanto os demais não. Comentou que a divisão de 7/7 pode não ser viável, considerando que Manaus possui 86 pontos. Apresentou dois encaminhamentos: 1. primeiro parecerista da comissão nacional dos pontos de cultura; 2. e avaliação TCC que seja visto essa coisa de 50% para capital e 50% por município, porque não tem pontos em todos os municípios. **O secretário geral** interveio para organizar a discussão, destacando que já “eram 16:30” e que restavam apenas 25 minutos de reunião. Pediu que avançassem na pauta e mencionou que gostaria muito de discutir o valor do rendimento. Informou que havia duas propostas para pontões, sendo que o valor estabelecido era de R\$ 788.000,00, valor que afirmou não esquecer, esse montante seria destinado a um pontão para o interior e outro para a capital. Mencionou a questão dos coletivos sem constituição jurídica e introduziu sua proposta, destacando que, caso fosse considerada a inclusão de mais dois pontos temáticos, esses funcionariam como pontões, sendo pontos temáticos e premiações. **Anne Paiva** disse que a solicitação da Mariane era para pontos temáticos, os conselheiros estavam explicando a situação e questionou a viabilidade da proposta e pelo que estavam expondo, não seria possível realizar pontos temáticos, infelizmente, o vídeo da Mariane caiu por terra, considerando que os conselheiros estavam apontando a inviabilidade da questão. **O secretário-geral** respondeu que tudo bem, mas ressaltou que a questão surgiu internamente e que não era exatamente isso. Esclareceu que não estava dizendo que não havia nada a ser feito e questionou Lydia Lúcia sobre possíveis alternativas. **Luciane Ituassú** complementou afirmando que não era uma obrigação para o estado. **O secretário-geral** afirmou que também não havia nada que pudesse ser feito para iniciar o processo, a menos que as pessoas se conectassem à rede. Disse que concordava com essa perspectiva e ressaltou que era o primeiro ano de

1148 execução da lei, destacando que já estavam lidando com desafios complexos.
1149 Para incluir os coletivos sem constituição jurídica, era necessário primeiro
1150 fortalecer a rede e o recurso disponível ainda era muito pouco, no próximo ano,
1151 quando começassem a discutir o PAAR, tentaria destinar mais verba para os
1152 pontos de cultura. **O conselheiro Menciús Melo** direcionou sua fala ao
1153 secretário e destacou que, pelo encaminhamento da discussão, a questão
1154 central, em seu entendimento, era sobre pagar ou não pagar, premiar ou não
1155 premiar quem não tem CNPJ. **O secretário-geral** respondeu ao conselheiro
1156 Menciús Melo afirmando que ele não estava prestando atenção, pois a
1157 solicitação sobre pagar ou não pagar quem não tem CNPJ já havia sido superada
1158 e aderida. Explicou que a discussão atual era uma segunda solicitação, desta
1159 vez sobre pontos temáticos e todos os lados já haviam se manifestado e que a
1160 decisão estava sendo tomada. A solicitação seria arquivada e procedeu à
1161 votação. Perguntou quem era a favor dos pontos temáticos, solicitando que
1162 levantassem a mão, e quem era contra, instruindo que permanecessem como
1163 estavam. Também pediu que aqueles que desejassem se abster levantassem a
1164 mão. Anunciou que a solicitação não foi aprovada e explicou que será necessário
1165 estudar melhor o assunto para que, em um momento futuro, aderindo à Teia,
1166 possam ser realizados editais específicos para pontos temáticos. **Anne Paiva**
1167 afirmou que os questionamentos encaminhados por e-mail sobre o edital de
1168 pontos ainda não foram totalmente finalizados. Destacou que ainda há questões
1169 em aberto e sugeriu que seja realizada mais uma escuta para discutir o edital de
1170 premiação e o TCC. **O secretário-geral** afirmou que não havia mais espaço para
1171 novas discussões, pois já foi realizada uma reunião de devolutiva. A única
1172 pendência era a votação no Conselho, os editais precisam ser lançados
1173 imediatamente. **O conselheiro Dudson Carvalho** questionou se as escutas
1174 contemplaram as contribuições enviadas pela sociedade dentro do prazo
1175 estabelecido. Afirmou que o Conselho poderia ouvir essas contribuições e votar,
1176 mas ressaltou que ignorar ou deixar de resolver demandas legítimas da
1177 população dentro da legalidade não seria aceitável. **O secretário-geral** tentou
1178 intervir, mas **o conselheiro Dudson Carvalho** continuou, argumentando que,
1179 assim como outras pautas foram aceitas, essa também deveria ser avaliada. O
1180 secretário geral disse que estavam passando por todas as pautas. **O**
1181 **conselheiro Dudson Carvalho** rebateu, afirmando que Pedro não entendeu
1182 corretamente o secretário. Sugeriu que ele prestasse mais atenção ao processo
1183 e destacou que algumas contribuições enviadas pela internet dentro do prazo

1184 legal não foram incluídas na escuta porque não houve tempo. Explicou que
1185 novas pautas surgiram e foram avaliadas, resultando na aprovação de algumas
1186 e na desaprovação de outras. Ressaltou, no entanto, que o restante do processo
1187 ainda precisava ser lido, pois não havia sido apresentado. **Anne Paiva** disse que
1188 é só em relação a valores. **O secretário-geral** interveio, afirmando que, por uma
1189 questão de encaminhamento, essa lista com todas as solicitações sobre o edital
1190 já deveria estar nas mãos dos conselheiros. Destacou que, com as pautas já
1191 estudadas, o tempo poderia ser otimizado. Expressou surpresa por não ter
1192 recebido essa informação, mencionando que pensou que já haviam esgotado o
1193 assunto na reunião anterior, que se estendeu até quase 7 horas da noite. **Anne**
1194 **Paiva** então esclareceu que os pontos levantados nos e-mails incluíam
1195 questionamentos sobre os valores. Explicou que, na minuta, o valor indicado era
1196 de R\$ 300.000, mas que os e-mails recebidos sugeriam reduzir esse valor ou
1197 então dividir o montante de outra forma. **Luciane Ituassú** levantou a dúvida
1198 sobre o questionamento enviado por e-mail, que não foi completamente
1199 resolvido durante a escuta. Ela explicou que a questão era especificamente
1200 sobre o valor e perguntou se não seria interessante deliberar sobre isso, já que
1201 o edital atual propõe R\$ 300.000. **O secretário-geral** perguntou qual valor
1202 estava sendo sugerido, pedindo esclarecimentos sobre quanto estavam pedindo
1203 para reduzir. **Anne Paiva** explicou que uma das propostas era reduzir para R\$
1204 120.000, enquanto a outra sugeria valores de R\$ 150.000 ou R\$ 120.000, com
1205 a possibilidade de dividir os valores entre R\$ 300.000 e R\$ 100.000. Ela
1206 destacou que, pela maioria, estavam pedindo R\$ 120.000. **Luciane Ituassú**,
1207 então, afirmou que, com essas propostas, já seria possível deliberar, sugerindo
1208 que trabalhassem com essa proposta para a decisão. **O secretário-geral** pediu
1209 um esclarecimento, destacando que, durante a reunião anterior, houve falas
1210 contrárias às mudanças feitas desde o seminário. Relembrou que o valor de R\$
1211 300.000 foi aprovado e incluído na minuta, mas agora estava sendo sugerido um
1212 valor de R\$ 120.000 e com esse valor, não seria possível manter um advogado
1213 ou contador por um ano, e que não seria viável fazer um TCC com apenas R\$
1214 120.000. O valor de R\$ 300.000 foi cuidadosamente estudado e aprovado, e que
1215 na última reunião houve discussões sobre isso, com um posicionamento
1216 favorável de Vanderley e um extremamente desfavorável de Douglas Rodrigues,
1217 que foi amplamente aplaudido. Expressou frustração, dizendo que estavam
1218 "patinando" no processo, e reiterou que o valor de R\$ 300.000 é crucial para
1219 quem tem mais de 10 anos de trabalho, pois seria muito difícil manter um espaço

1220 cultural com esse valor. Destacou que, com um Termo de Compromisso Cultural,
1221 não seria possível fazer "loucura" com o dinheiro, pois isso envolveria riscos
1222 legais, incluindo a possibilidade de prisão e restrições para fazer negócios no
1223 estado. **O presidente** interveio para esclarecer e organizar a reunião,
1224 mencionando que houve um "atropelamento" da pauta. Ele pediu que os pedidos
1225 de alteração após as escutas fossem discutidos de forma clara e organizada,
1226 perguntando se estavam bem discutidos e esclarecidos até aquele ponto. Ele
1227 também lembrou que a alteração do PAAR já havia sido discutida, assim como
1228 a questão do valor. **Luciane Ituassú** esclareceu que ainda estavam discutindo
1229 o primeiro ponto, não tendo avançado para os demais. Pediu desculpas pela
1230 confusão e explicou que a alteração do PAAR é uma consequência das
1231 deliberações anteriores. Ao deliberarem sobre a inclusão do edital de premiação
1232 no primeiro ponto, a alteração do PAAR já estava automaticamente feita. A única
1233 coisa que faltava seria justificar essa alteração na prestação de contas, com base
1234 na ata da reunião de hoje. **O secretário-geral** propôs colocar o ponto 2 em
1235 votação, sugerindo pedir vistas do ponto 1 e focar apenas no ponto 2 para
1236 concluir a reunião. Ele afirmou que a reunião foi muito produtiva, com muitos
1237 esclarecimentos, e sugeriu retomar a alteração do PAAR posteriormente. Em
1238 seguida, ele perguntou quem era a favor de seguir com a votação do ponto 2.
1239 **Luciane Ituassú** afirmou que a alteração já estava feita, não sendo necessário
1240 votar. No entanto, **O secretário-geral** perguntou se não poderia ser feita uma
1241 votação simbólica, ao que **Luciane Ituassú** respondeu que sim, poderia fazer.
1242 **O conselheiro Wellisson Batista** sugeriu que, em relação ao prêmio, poderia
1243 ser uma alternativa estabelecer o valor de R\$ 200.000, uma vez que muitos
1244 fazedores de cultura pediram para reduzir para R\$ 120.000 ou R\$ 150.000. Ele
1245 perguntou aos conselheiros o que achavam dessa proposta. **O secretário-geral**
1246 comentou que a situação estava envolvida com uma "costura política",
1247 mencionando que esse tipo de processo acontece na assembleia legislativa,
1248 onde as pessoas vão para os gabinetes e começam a fazer lobby. Ele pareceu
1249 indicar que havia uma influência externa nas discussões. **O presidente** tentou
1250 encaminhar a pauta, afirmando que o pedido de alteração pós-escutas já havia
1251 sido amplamente discutido e, portanto, não havia necessidade de mais votações.
1252 Ele disse que a alteração do PAAR já havia sido feita, mas **Luciane Ituassú**
1253 concordou que seria interessante realizar uma votação simbólica para formalizar
1254 a decisão. **O presidente** iniciou a votação, perguntando quem fosse a favor da
1255 alteração do PAAR para permanecer como estava. Após as abstenções, ele

1256 sugeriu que seguissem para o terceiro ponto da pauta, que era o cronograma. **O**
1257 **secretário geral** então mencionou o cronograma da segunda etapa das
1258 reuniões e das ações coordenadas na PNAB Amazonas. **Luciane Ituassú**
1259 questionou se não continuariam com a discussão dos outros editais,
1260 esclarecendo que o valor seria discutido posteriormente. **O secretário geral**
1261 perguntou se seria o momento de votar, destacando que estavam retornando ao
1262 ponto 1, mas já haviam avançado para o ponto 2. Ele perguntou se alguém tinha
1263 alguma proposta. **Luciane Ituassú** então compartilhou alguns números para
1264 ilustrar como os valores impactariam as contemplações. Com o valor de R\$
1265 300.000, seriam contemplados 14 projetos no total (incluindo capital, interior e
1266 cotas). Se o valor fosse reduzido para R\$ 120.000, passariam a ser 35
1267 contemplados. Com R\$ 150.000, o número de contemplados seria 28. **O**
1268 **secretário geral** então perguntou sobre o impacto de um valor de R\$ 200.000.
1269 **Luciane Ituassú** explicou que a proposta recebida por e-mail sugeria 4
1270 contemplações de R\$ 300.000 e 20 de R\$ 100.000. No entanto, ela destacou
1271 que, conforme a legislação vigente, o valor mínimo permitido é R\$ 120.000, o
1272 que torna inviável a proposta de R\$ 100.000. **O secretário geral** então afirmou
1273 que é necessário ter um valor mínimo (um piso). **Luciane Ituassú** então reforçou
1274 que, de acordo com o jurídico, os projetos devem ser contemplados com valores
1275 a partir de R\$ 120.000. **Anne Paiva disse** A instrução normativa do MinC, que
1276 trata do Termo de Compromisso Cultural, estabelece que o valor pode ser
1277 parcelado anualmente até 120.000, com um valor total de repasse de até
1278 360.000. Quando a minuta foi elaborada, não existia a instrução do MinC que
1279 exigia ações anuais, pois ainda não se tinha a ideia de que seria necessário
1280 concluir uma ação para liberar o recurso do ano seguinte. Quando o PAAR do
1281 ano passado foi discutido, a data estava entre junho, abril e maio, não lembra
1282 exatamente, mas naquela época as diretrizes para as ações do Cultura Viva
1283 ainda não estavam totalmente amadurecidas. Agora, as ações precisam ser
1284 anuais. **O conselheiro Menciús Melo** disse que é conselheiro, mas também é
1285 músico. Lembrou que há pessoas de pontos de cultura presentes, como a
1286 Andarilha. Algumas premiações foram reduzidas em vários editais com o objetivo
1287 de contemplar mais pessoas, mas foi muito claro ao afirmar: “se me oferecerem
1288 R\$ 10.000 para fazer um videoclipe, eu não vou conseguir fazer nada com isso.
1289 É uma miséria.” Ele ressaltou que é o produtor quem sente essa realidade. Ele
1290 compreende a vontade de vários conselheiros de contemplar mais pessoas,
1291 mais projetos e mais pontões, mas questionou se R\$ 120.000 seria suficiente

1292 para resolver o problema dos pontões. Ele também questionou se esse valor
1293 está dentro da realidade da produção artística dessas pessoas. Deixou claro que
1294 está fazendo sua defesa e que, se alguém quiser se manifestar, deve se
1295 inscrever. Foi enfático ao se posicionar contra a ideia de reduzir premiações para
1296 contemplar mais pessoas, considerando isso uma demagogia política. Ele
1297 defende que, ou se paga um prêmio que contemple adequadamente a proposta
1298 artística, ou não se premia. Ele explicou que, se o artista sabe que precisa de no
1299 mínimo R\$ 200.000 a R\$ 300.000 para viabilizar um projeto, e a premiação for
1300 de R\$ 120.000, isso seria um escárnio, e o melhor seria não premiar.
1301 Reconheceu que, caso a intenção seja contemplar mais pessoas, tudo bem, mas
1302 defendeu que isso não pode ser feito à custa da qualidade e dos recursos
1303 necessários para que o projeto funcione. Caso contrário, é melhor não premiar
1304 nada. Ele respeita a opinião de conselheiros como Douglas, que defendem o
1305 valor de R\$ 300.000, pois ele sabe que essa realidade é vivida por alguns. Mas
1306 questionou: “se o valor é de R\$ 300.000, mas o prêmio é de R\$ 120.000, o que
1307 a pessoa vai conseguir fazer com isso?” Essa foi a pergunta que ele deixou no
1308 ar. Argumentou que, embora seja importante ter uma política contemplativa, não
1309 se deve fazer um assembleísmo que contemple centenas de pessoas sem
1310 resolver nada efetivamente. **O Secretário Geral** se posicionou contra a redução
1311 do prêmio, destacando que conhece muito bem a realidade dos pontos de
1312 cultura, tendo sido ponto de cultura duas vezes. Ressaltou que pretende
1313 trabalhar para garantir que as pessoas que receberem o prêmio deste ano não
1314 possam receber novamente no ano seguinte, pois acredita que, dessa forma,
1315 evitaria a repetição de premiações para as mesmas pessoas. Para ele, R\$
1316 300.000 são suficientes para que um ponto de cultura consiga retomar suas
1317 atividades e fazer um bom trabalho. Observou que, com esse valor, seria
1318 possível contemplar diversos pontos de cultura, incluindo os novos que surgirem.
1319 Afirmou que, com as 14 premiações e 14 TCCs (Total de 28 premiações), já se
1320 estaria premiando 25% do total global, o que considera bastante para esse
1321 primeiro momento. Ele também mencionou que, em uma discussão futura sobre
1322 política cultural, pretende participar ativamente, cobrando mais recursos para
1323 essa área no estado do Amazonas. Fez uma reflexão sobre o “fator amazônico”
1324 e como ele impacta a cultura local, citando o exemplo de um teatro na Boca do
1325 Acre, onde, mesmo sem recursos, o responsável mantém a estrutura do ponto
1326 de cultura, cortando lenha e bambu para manter o funcionamento. Com isso, ele
1327 reafirmou seu posicionamento contra a mudança no valor do prêmio,

considerando que R\$ 300.000, em um ano, já são suficientes. **O conselheiro Dudson Carvalho** começou sua fala defendendo os pontos que não têm a capacidade de investir grandes valores, como os R\$ 300.000. Reconheceu que há pontos que precisam desse valor devido ao trabalho que realizam, mas ele estava ali para representar aqueles que não têm essa estrutura. Comentou sobre a situação dos pontos de cultura e afirmou que, apesar do número de 4.050 pontos com CNPJ ser interessante, muitos desses ainda estão estagnados, com muitos grupos aguardando a certificação. Destacou que, dentro do setor que representa, há mais de 20 grupos esperando a certificação, o que aumentará o número de pontos quando o governo encaminhar os projetos ao nível federal para aprovação. As pessoas que representa consideram que R\$ 120.000 é um valor justo, destacando que, para grupos que estavam com dificuldades financeiras, um valor menor, como R\$ 10.000, faria toda a diferença para que conseguissem se manter e premiar um número maior de pontos, com pelo menos 15 no interior e 15 na capital, seria um passo importante. No entanto, reconheceu que, para os grupos mais estruturados, R\$ 300.000 seria adequado, mas não neste momento. O objetivo agora deveria ser garantir que os pontos menos estruturados recebessem algo para conseguir se manter e que, com o tempo e mais recursos, seria possível destinar valores maiores para os grupos mais fortes e organizados. Com os R\$ 10.000, muitos desses grupos poderiam manter seus empreendimentos culturais, dar continuidade ao seu trabalho e, assim, fortalecer a política pública de cultura. Reforçou a importância de contemplar grupos folclóricos, escolas de samba e movimentos de bairro, onde a cultura popular precisa ser alcançada. Ele falou sobre a realidade da periferia, onde há mais de 40 grupos, e de como muitos deles estão esperando pela certificação. **O presidente** fez um encaminhamento, dizendo que existem duas propostas que se contrapõem. Sugeriu numerar as propostas para facilitar a votação e pediu que, de forma sintética, o secretário geral expusesse a primeira proposta. **O Secretário Geral** sugeriu que fosse criado um prêmio com um teto de R\$ 200.000 e um piso de R\$ 120.000, pedindo para calcular quanto isso resultaria. **O conselheiro Álvaro Smont** fez uma sugestão alternativa, propondo um teto de R\$ 150.000, considerando que seria um valor mais razoável e adequado, e sugerindo que fossem feitas duas premiações nesse valor, dobrando assim a quantidade de contemplados.

1362 **O conselheiro Dudson Carvalho** afirmou que a proposta das comunidades é
1363 de um prêmio com o máximo de R\$ 150.000 e mínimo de R\$ 120.000. **O**
1364 **presidente**, então, fez o encaminhamento: mencionou que existem duas
1365 propostas em discussão. A primeira, do secretário geral, é de um prêmio com
1366 teto de R\$ 200.000 e piso de R\$ 120.000. A segunda, do conselheiro **Dudson**
1367 **Carvalho**, é de R\$ 150.000 no máximo e R\$ 120.000 no mínimo. Ele perguntou
1368 se todos entenderam as propostas e questionou o nome de alguém na sala. **O**
1369 **conselheiro Menciús Melo** manteve a proposta de R\$ 300.000 como valor
1370 máximo, sugerindo também que o mínimo fosse de R\$ 120.000, para contemplar
1371 mais pessoas. **Luciane Ituassú**, então, indicou que faria um memorando no dia
1372 seguinte e pediu que a reunião tivesse mais organização, destacando a
1373 necessidade de evitar discussões repetitivas. Ela propôs que, com valores de R\$
1374 150.000 e R\$ 120.000, o total seria de 4 prêmios de R\$ 150.000, totalizando R\$
1375 600.000, e o restante seria dividido entre 30 pontos, com cada um recebendo R\$
1376 120.000. **O presidente** explicou que numeraria cada proposta e daria a
1377 oportunidade de quem fez a proposta retirar ou mantê-la. Ele então mencionou
1378 as duas propostas: a de Dudson, que era de R\$ 150.000 como maior prêmio e
1379 R\$ 120.000 como menor, e a de Menciús, que era de R\$ 300.000 como maior
1380 prêmio e R\$ 120.000 como menor. Ele perguntou se as pessoas mantinham suas
1381 propostas ou se queriam retirá-las. **Luciane Ituassú** sugeriu que, com base na
1382 proposta de Menciús, seriam 4 prêmios de R\$ 300.000 e 25 prêmios de R\$
1383 120.000. Ela também fez uma observação, lembrando que é formada em direito
1384 e não em matemática, sugerindo que os participantes usassem suas
1385 calculadoras para conferir os números. **O presidente**, então, acrescentou a
1386 terceira proposta de Pedro, que estabelecia R\$ 200.000 como prêmio máximo e
1387 R\$ 120.000 como mínimo, e a proposta de Luciane, que dividia os prêmios entre
1388 4 pontos de R\$ 150.000 e 30 pontos de R\$ 120.000. **O presidente** esclareceu
1389 que, após a retirada das propostas do secretário geral e do conselheiro Dudson
1390 Carvalho, restam três propostas. Ele pediu para nominar as três propostas
1391 restantes e perguntou se a proposta de Luciane Ituassú também foi retirada.
1392 **Luciane Ituassú** afirmou que não tem proposta, apenas está ajudando a
1393 esclarecer, sem fazer sugestões. **O presidente** explicou que, após a retirada das
1394 outras propostas, só ficou a do Álvaro, que sugere R\$ 150.000 para todos. Ele
1395 então colocou a proposta em votação, pedindo para os favoráveis
1396 permanecerem como estão, os contrários levantarem a mão, e abstenções.
1397 **Luciane Ituassú** informou que, durante a escuta, houve uma votação sobre os

1398 espaços culturais e o edital de pesquisa e patrimônio. Gostaria de compartilhar
1399 o resultado com todos e, caso haja alguma objeção, a pauta pode ser levantada
1400 para discussão. **O secretário geral** perguntou qual é o pedido. **Luciane Ituassú**
1401 explicou que o edital de espaços culturais foi acordado durante a última escuta,
1402 onde foi votado. Ela detalhou que a normativa exige que a contrapartida seja
1403 executada em intervalos regulares, com no mínimo duas vezes, para garantir o
1404 plural. Durante a escuta, ficou acordado que o edital estabelecerá o mínimo de
1405 duas execuções, com a possibilidade de o espaço cultural realizar mais, caso o
1406 considere viável. A obrigatoriedade, no entanto, seria de pelo menos duas vezes.
1407 Ela perguntou se todos entenderam. **O secretário geral** comentou que, para ele,
1408 a proposta parece ser de pessoas que querem executar menos do que foi
1409 originalmente prometido. **Luciane Ituassú** explicou que o que foi levantado na
1410 escuta é que a execução da contrapartida dependeria muito do tipo de instituição
1411 ou espaço cultural, da natureza da atividade realizada, do público alcançado, da
1412 periodicidade das execuções e do orçamento disponível. A ideia era não
1413 estabelecer um número fixo, mas sim um mínimo de duas vezes para a execução
1414 da contrapartida. Ela explicou que essa proposta permite que, caso o espaço
1415 cultural consiga realizar mais que isso, ele tenha liberdade para fazê-lo, mas a
1416 exigência mínima seria de duas vezes. A ideia foi discutida ativamente por
1417 Douglas e, salvo engano, foi ele quem sugeriu essa abordagem. **Anne Paiva**
1418 explicou que, de acordo com a Política Nacional e a Lei Aldir Blanc, já estão
1419 estabelecidos valores de até R\$ 10.000 por mês para manutenção de espaços
1420 culturais. Ela destacou que, embora o valor de R\$ 10.000 seja insuficiente para
1421 manter um espaço cultural mensalmente, essa quantia já está prevista na
1422 legislação. Ela também sugeriu que seria interessante solicitar uma revisão
1423 desses valores junto ao MinC. **O Secretário Geral** expressou preocupação
1424 sobre a qualidade das contrapartidas nas propostas. Ele sugeriu que a
1425 contrapartida mínima deveria ser uma atividade a cada três meses, totalizando
1426 no mínimo quatro atividades por ano, mas que não haveria um limite máximo.
1427 Ele destacou que há o risco de projetos apresentarem contrapartidas de baixo
1428 impacto, como rodas de conversa com poucos participantes ou lives, que
1429 poderiam ser usadas para contar como atividades realizadas. Defendeu que,
1430 para acessar o recurso, o espaço cultural precisa operar de forma efetiva, e que
1431 com um valor de R\$ 5.000, um espaço poderia funcionar minimamente, com
1432 empreendedorismo ajudando a manter a estrutura, como o funcionamento de um
1433 bar ou cozinha. Ele também mencionou que existem espaços já estruturados,

que podem somar suas atividades já realizadas ao número de contrapartidas exigidas, o que pode ser visto como uma forma de sobrepor recursos. Ele exemplificou com um caso de um rapaz que já realiza uma feira todo mês, que, ao apresentar o projeto, poderia alegar que essa atividade já conta como parte da contrapartida, apenas ajustando as fontes de financiamento. **Luciane Ituassú**, com o objetivo de esclarecer melhor a fala do Secretário Geral, leu um trecho do Decreto 11.740 de 2023, especificamente o artigo 15, parágrafo 3º, para explicar as obrigações de contrapartida. De acordo com o decreto, os espaços, os ambientes e as iniciativas artístico-culturais, as empresas culturais e as organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio de que trata o **caput** ficam obrigados a garantir, como contrapartida, a realização, de forma gratuita, em intervalos regulares, de atividades destinadas a alunos de escolas públicas, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, inclusive apresentações ao vivo com interação popular, podendo ser utilizados meios digitais, em cooperação e com planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local. **O secretário geral** disse que não fala em mínimo e nem máximo. **Anne paiva** explicou que, embora o decreto não defina um mínimo ou máximo, é importante esclarecer que, no exemplo citado do senhor sobre a feira da Eduardo Ribeiro, a proposta não poderia ser considerada uma contrapartida válida. Ela ressaltou que as atividades precisam ser gratuitas e voltadas para alunos de escolas públicas ou para o público geral, com foco na interação cultural. Ou seja, atividades como essas, que não se enquadram nesses critérios, não poderiam ser incluídas como contrapartidas. **Luciane Ituassú** explicou que, durante a escuta, tanto João Fernandes quanto Douglas levantaram a questão do mínimo de 2 atividades devido aos intervalos regulares exigidos. Se o subsídio mensal é de R\$ 10.000, para espaços mais estruturados esse valor muitas vezes não é suficiente, cobrindo apenas despesas básicas, como contas de luz e água. Por isso, surgiu a ideia de que a contrapartida pudesse ser utilizada de maneira mais estratégica, com uma finalidade expressa nos editais, permitindo, por exemplo, que eventos como a feira da Eduardo Ribeiro fossem uma oportunidade para realizar a contrapartida. No entanto, destacou que, devido à interpretação da lei, não foi possível abrir essa opção nos editais. O mínimo de 2 atividades foi sugerido justamente considerando o valor de R\$ 10.000 mensais. **O secretário geral** propôs que o número mínimo de atividades de contrapartida fosse 3, ao invés de 2, argumentando que, se as

1470 atividades forem bem distribuídas, seria possível organizar 3 atividades a cada.
1471 **O conselheiro Ludimar Kokama** levantou uma questão de esclarecimento,
1472 perguntando se os pontos de cultura poderiam participar dessa questão
1473 relacionada aos espaços culturais. **Luciane Ituassú** explicou que na escuta foi
1474 levantado o fato de que há uma confusão entre pontos de cultura e espaços
1475 culturais. Ela destacou que um ponto de cultura pode ser um espaço cultural,
1476 mas nem todo espaço cultural é um ponto de cultura, e nem todo ponto de cultura
1477 é um espaço. Ela ainda acrescentou que, na visão dela, não há impedimento
1478 para que ambos participem, mas se os conselheiros desejarem, pode ser
1479 incluído essa informação no edital. **O conselheiro Ludimar Kokama** disse que,
1480 ao permitir a participação tanto como ponto de cultura quanto como espaço
1481 cultural, uma mesma entidade poderia ser contemplada duas vezes. **Luciane**
1482 **Ituassú** respondeu que, embora isso seja possível, o ponto de cultura poderia
1483 ganhar um subsídio e, ao mesmo tempo, ser beneficiado com pontos culturais.
1484 Ela sugeriu que isso pode ocorrer sem problema, dado que as modalidades de
1485 contemplação seriam diferentes. **O conselheiro Ludimar Kokama** concluiu sua
1486 fala expressando preocupação com a possibilidade de uma mesma entidade
1487 acumular benefícios em diferentes modalidades, como ponto de cultura e espaço
1488 cultural. Ele argumentou que, se isso não for vedado, algumas entidades
1489 poderiam acumular recursos duas vezes, o que seria injusto para os demais. Por
1490 isso, ele sugeriu que fosse colocada uma restrição para que quem for
1491 contemplado como ponto de cultura não pudesse participar também de editais
1492 de espaços culturais, para evitar a acumulação de benefícios. **A conselheira**
1493 **Jordania Galdino** destacou seu conhecimento sobre os espaços culturais,
1494 especialmente aqueles que possuem teatros, como os de João Fernandes,
1495 Barravento e Ateliê 23, ressaltando que já realizam um trabalho consistente. Ela
1496 considerou pertinente a observação do conselheiro Ludimar Kokama sobre a
1497 necessidade de evitar a confusão entre pontos de cultura e espaços culturais.
1498 Sugeriu que, se não for possível implementar essa vedação no momento, isso
1499 seja considerado em um próximo edital, a fim de evitar a dupla contemplação de
1500 recursos. **Luciane Ituassú** **Luciane Ituassú** disse que a finalidade do ponto de
1501 cultura é uma e a finalidade de subsídio de espaço cultural é outra. **A**
1502 **conselheira Jordania Galdino** destacou a importância de conhecer e mapear
1503 os espaços culturais, mencionando um espaço que visitou e achou muito
1504 interessante, com estrutura voltada para o teatro. Ela ressaltou que há muitos
1505 espaços surgindo, tanto na periferia quanto no interior, além da área central.

1506 Reforçou a necessidade de os conselheiros frequentarem esses locais para
1507 compreender melhor suas realidades e desafios, também mencionou outros
1508 espaços que conheceu, inclusive na periferia e no interior, enfatizando a
1509 necessidade de um mapeamento mais detalhado desses locais. Ela sugeriu que
1510 os conselheiros frequentem e conheçam a realidade dos espaços culturais para
1511 compreender melhor suas necessidades e desafios. **O conselheiro Vanderley**
1512 **Pinheiro** enfatizou que ponto de cultura e espaço cultural são conceitos distintos.
1513 Ele propôs que tanto pessoas físicas quanto jurídicas fossem impedidas de
1514 participar simultaneamente dos dois editais. Segundo ele, essa é uma
1515 prerrogativa do conselho e uma proposta que ele está apresentando para
1516 consideração. **O conselheiro André Durand** propôs que, no preâmbulo dos
1517 editais, fosse claramente definido o que é um espaço cultural e o que é um ponto
1518 de cultura, para facilitar a diferenciação entre eles. Além disso, sugeriu que fosse
1519 realizado um levantamento via cadastro, permitindo identificar de forma mais
1520 precisa quem se enquadra como espaço cultural, ponto ou pontão de cultura e
1521 essa categorização ajudaria a ter uma base mais concreta para a análise.
1522 Reforçou que, conforme deliberação interna, apenas os conselheiros deveriam
1523 participar da discussão no momento. **O conselheiro Dudson Carvalho**
1524 expressou uma visão diferente da de Vanderley Pinheiro sobre a questão da
1525 participação simultânea em editais. Ele argumentou que a legislação não impede
1526 que uma mesma associação concorra a diferentes editais, destacando que, ao
1527 desenvolver ações distintas, um ponto de cultura pode acumular diferentes
1528 subsídios. Para ele, não há problema em uma entidade receber múltiplos
1529 recursos, desde que isso ocorra por mérito e não por favorecimento. Destacou
1530 que as associações mais experientes, que já trabalham há anos e estão
1531 preparadas para participar de editais, naturalmente terão mais chances de serem
1532 contempladas. No entanto, ele alertou que essa realidade pode dificultar a
1533 participação de grupos menores, especialmente aqueles do interior, que ainda
1534 estão se estruturando e tentando se estabelecer. Diferente da proposta de
1535 restrição, ele defendeu que as associações tenham liberdade para concorrer,
1536 pois isso garantiria um reconhecimento justo para aqueles que realmente
1537 merecem. Argumentou que as propostas em discussão tratam de leis diferentes
1538 e, portanto, não há vedação legal para que uma mesma entidade participe de
1539 múltiplos editais. Ele questionou qual seria a base para a restrição proposta,
1540 destacando que, caso o conselho decida impor essa limitação, os prejudicados
1541 poderiam recorrer à legislação vigente para derrubar a decisão. Ele reforçou que

1542 apenas trouxe essa questão para reflexão, deixando a decisão final para os
1543 demais conselheiros. **Anne Paiva** disse que o conselheiro Dudson Carvalho está
1544 certo quando ele diz que não tem essa vedação, mas se vocês forem ver os
1545 editais e os que já foram lançados, os 12 os senhores também votaram para que
1546 eles fossem contemplados em só 2 dos 12 editais. Então a lei não veda, mas os
1547 senhores podem fazer uma restrição se for interesse de vocês. Então, se os
1548 senhores quiserem que coloque nos editais de Cultura Viva aqui não pode ser
1549 contemplado ou só no de TCC e no de premiação pode, depende do que os
1550 senhores vão votar. **O presidente** perguntou se tem mais alguém para falar
1551 sobre uma proposta ou comentário. **O conselheiro Mencilus Melo** comentou
1552 sobre o conselheiro Dudson Carvalho, é um "Capitão Miséria", ele é austero
1553 com grandes prêmios, mas ele aqui mostra uma face estranha, porque ele agora
1554 acha que quem ganha 1 pode ganhar 2 ou seja, não entendeu a postura do
1555 conselheiro, mas volta com a plenária se for necessário. Não está entendendo o
1556 conselheiro Elson Rocha, o cara não pode ganhar 300, mas o conselheiro
1557 defende que o cara possa ganhar 2. **O conselheiro Dudson Carvalho** por
1558 questão de esclarecimento, só falou isso porque já está permitido no município
1559 em outros locais, mas se decidirem por proibir, vota com o conselheiro
1560 Vanderley, mas pensa diferente. **O presidente** informou que tem 3 propostas e
1561 solicitou que os conselheiros Vanderley Pinheiro, André Durand, e Dudson
1562 Carvalho apresentassem suas propostas de forma sintética para que todos
1563 pudessem ter noção das propostas. **O conselheiro Bjarne Furtado** fez uma
1564 pergunta sobre a natureza das ações, questionando se isso seria levado em
1565 consideração. Ele argumentou que, se uma determinada atividade estivesse
1566 dentro de uma proposta de ponto de cultura e outra dentro de um espaço cultural,
1567 especialmente no que tratou a doutora Luciane em relação à palestras, no caso
1568 de espaço cultural em que essa atividade vai beneficiar um público cheio de
1569 estudantes e etc e tal e a outra atividade for de outra natureza e de modo
1570 particularmente significativa do pontão. Perguntou se isso não deve ser levado
1571 em consideração. **O secretário geral** respondeu, com certeza. Em seguida
1572 explicou que as contrapartidas para espaços culturais, eles precisam ser dentro
1573 de escolas ou em praças públicas. Atividades gratuitas. **O conselheiro Bjarne**
1574 **Furtado** afirmou que era exatamente disso que estava falando, questionando
1575 se, caso a mesma pessoa quisesse promover uma ação e promovesse duas
1576 ações diferentes, de naturezas distintas e em campos diferentes, de naturezas
1577 diferentes em campos diferentes. Será que não podem levar isso em

1578 consideração como forma de, porque o camarada, pode fazer e depois recorrer,
1579 ele pode muito bem recorrer dizendo que “olha, essa ação do ponto de cultura é
1580 X, mas essa de espaço cultural é Y. E se ela for realmente importante, que
1581 consiga contemplar questões de difusão cultural, por exemplo, de formação de
1582 Produção, isso deveria ser pensado antes. **O presidente** pediu para que a
1583 votação fosse encaminhada, solicitando que o conselheiro Vanderley Pinheiro
1584 sintetizasse sua proposta. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** apresentou sua
1585 proposta ao pleno, que nos editais de pontos e espaços culturais, tanto como
1586 pessoa física e jurídica, a pessoa só possa participar uma vez apenas para que
1587 esse recurso seja democratizado, a pessoa tem um instituto é um espaço, um
1588 Ponto Cultural que já está consolidado. Ele vai ganhar toda vez, vai ganhar
1589 sempre e aquele que está surgindo agora vai ficar para trás. **O presidente** disse:
1590 só para entendimento, quer dizer, quem já tem um espaço consolidado. **O**
1591 **conselheiro Vanderley Pinheiro** disse: Sim, todos possam participar, mas que
1592 ela seja contemplada apenas uma vez. Só possa participar como pessoa física
1593 ou jurídica apenas uma vez nesses editais. **Luciane Ituassu** pediu um instante
1594 para esclarecer porque 1 hora fala uma palavra, outra hora fala outra. Então,
1595 para não ter confusão, participação é uma coisa contemplação é outra. Acredita
1596 que o que o conselheiro Vanderley esteja falando, propondo é em relação à
1597 contemplação. Então, participação, pode participar de todos os editais se a
1598 pessoa quiser, a contemplação, a proposta do conselheiro Vanderley é que uma
1599 vez que aquele espaço cultural é contemplado como pontos de cultura. Que ele
1600 não seja contemplado como subsídio de espaço. Perguntou se é isso? **O**
1601 **conselheiro Bjarne Furtado** disse que gostaria de ratificar o que havia dito
1602 anteriormente e que sua fala seria breve. Reforçou que, diante do que havia
1603 mencionado, sua proposta seria permitir que as instituições pudessem atuar com
1604 ações diferentes, como ponto ou como espaço cultural. Não vê problema nisso,
1605 cabe ao conselho julgar a natureza dessas propostas, considerando se elas são
1606 distintas e se realmente atendem às necessidades da comunidade. **O**
1607 **secretário-geral** só para esclarecer o conselheiro Bjarne, disse que o conselho
1608 não estava discutindo o tipo de contrapartida que cada um desses espaços
1609 deveria oferecer, pois isso já estava lá. O que estavam discutindo era
1610 sombreamento e concentração de recursos. Disse que estavam discutindo se o
1611 cara que ganhou como ponto de cultura poderia ganhar como espaço, e se o
1612 ponto fosse o espaço dele, entendendo? Aí, estaria premiando com R\$ 150.000
1613 mais R\$ 120.000, e esse cara ganharia R\$ 270.000, o que ele era contra.

1614 Defendeu que, na primeira edição, precisavam ter um número elevado de
1615 consagrados e que era necessário contemplar o maior número de proponentes
1616 possível, individualizados. Estava defendendo que as pessoas só poderiam
1617 ganhar dois prêmios: um na pessoa física e um no CNPJ que representassem.
1618 Podiam se inscrever quantos quisessem, porque a inscrição era gratuita, mas
1619 sugeriu que já pensassem em começar a cobrar R\$ 10 por inscrição. Disse que
1620 não sabia se as novas regras poderiam ser aplicadas, mas mencionou que, se o
1621 sistema de inscrições estivesse robusto, o instituto poderia fazer o filtro conforme
1622 os resultados fossem saindo. Assim, na hora de contemplar para pagar,
1623 poderiam saber se o cara era presidente do coletivo ou se ele era CPF do
1624 coletivo, no caso informal. Se não estivesse lá como CPF, mas só no corpo,
1625 estaria burlando, seria imoral, mas não contra a lei. No caso de ser presidente
1626 da associação arte fatos, teria um prêmio em nome da associação e um prêmio
1627 no CPF. Esses editais eles podem se premiar em 2 editais que são
1628 diferentes. **Anne Paiva** explicou que, nos editais, não há vedação dele, uma
1629 inscrição, uma contemplação para um CPF e uma para o CNPJ. “Por quê?”
1630 Porque não há a mistura dos 2. O que se entende como pessoa jurídica? Ela é
1631 Diferente da pessoa física, é como se fosse 2 pessoas físicas diferentes. É como
1632 se fosse 2 pessoas diferentes. **O secretário geral** disse: precisam lutar para que
1633 não haja sobreposição, ou seja, está dizendo para quem é profissional, vai
1634 poder ganhar 4 prêmios se ele quiser? **Anne Paiva** respondeu se ele tiver
1635 CNPJ. **O secretário geral** disse que é a maioria dos casos. **O presidente**
1636 questionou se todos estavam esclarecidos sobre a proposta do conselheiro
1637 Vanderley Pinheiro para que a votação pudesse avançar. Em seguida, solicitou
1638 que o conselheiro André Durand apresentasse sua proposta de forma sintética.
1639 **O secretário geral** falou que para esses novos 4 editais que vão se abrir. **O**
1640 **conselheiro André Durand** André Durand informou que sua sugestão consiste
1641 em um preâmbulo para definir melhor os editais, diferenciando o que é um
1642 coletivo, um ponto de cultura e um espaço de cultura. Ele propôs que fosse
1643 apresentado um método para vetar certas pessoas, observando o contrato social
1644 das empresas existe lá o que compõe a executiva e aí se ele se inscrever como
1645 pessoa física, vai saber que ele compõe a executiva daquela pessoa jurídica,
1646 então é preciso ter um olhar mais atento a essas sombras, pois sabe que é
1647 antiético, mas passou pelo conselho um CNPJ que é rico no município do Estado
1648 e tentou se infiltrar, mas o conselho analisou a situação detalhadamente e ele
1649 não passou porque viram que era uma pessoa tentando driblar o sistema para

1650 ser contemplado. Acredita que se o conselho unir forças, irão conseguir
1651 contemplar o maior número possível de pessoas, mas desde que vejam 4
1652 prêmios, porque 2 e 2 é muito complicado, então assim, outras pessoas deixam
1653 de ter acesso a esse recurso. **O conselheiro Álvaro Smont** complementou a
1654 discussão com uma pergunta, que pode ser uma dúvida de muitos: se haverá
1655 um filtro para a participação, ele será aplicado apenas no presente edital ou
1656 também nos futuros? Ele questionou se a regra estabelecida impedirá que
1657 alguém que ganhou no primeiro ano possa ser contemplado novamente nos
1658 anos subsequentes. **O secretário geral** disse que a regra vai mudar na segunda
1659 edição, aí começa a ver o que avaliar o que deu certo nos editais anteriores
1660 e o que tem que vedar, porque assim. **O conselheiro Álvaro Serrão**
1661 **Monteiro** disse ou coloca uma vedação assim, ele só pode participar agora
1662 daqui a 2 anos. Pula um edital? **O secretário geral** disse não, a gente tem como
1663 mudar isso, agora, só vai ter como mudar isso no ano que vem. O que pode é
1664 gerar uma vedação para esses 4 editais que estão em consulta pública de perto
1665 de Cultura. Os pontões de cultura, os espaços e os de pesquisa são 4 editais
1666 novos que estão para ser lançados. **O conselheiro Dudson Carvalho** quer
1667 perguntar, porque terão que levantar isso, não tem jeito, está sendo lançando
1668 editais onde diz que a pessoa pode até 2 editais, até 2 prêmios com uma
1669 proposta em cada edital, os editais são diferentes. Está dizendo que vai poder 1,
1670 só que são 2 editais. Então, automaticamente, se o cara não ganhou nada, PNAB
1671 nas outras que está incomodando, ele pode estar ganhando do mesmo jeito. Um,
1672 então, se nós mudarmos essa regra, que é o que está sendo proposto, legal, a
1673 gente a prova, só que vai estar escrito lá “você poderá ganhar apenas um prêmio
1674 nos 2 editais. É essa a pergunta legal que quer saber das doutoras, se os
1675 conselheiros têm esse poder de vetar o cara, já que são prêmios diferentes, o
1676 que está sendo proposto, está entendendo a concentração, mas será que os
1677 conselheiros temos esse poder? Por se tratar de editais diferentes? Disse que
1678 vai ter que mudar a redação, é isso que está dizendo. Vai ter que mudar a
1679 redação só para, só pra esclarecer, nos editais a serem lançados, então não é
1680 mais até 2. **O secretário geral** disse que eles podem ganhar 4 prêmios. Pode
1681 ser 2 no CPF e 2 no CNPJ, mas os prêmios que estão lançando agora podem
1682 chegar a 3 para cada um. **O conselheiro Dudson Carvalho** disse que o
1683 secretário está errado. A interpretação é 2 em tudo. Pessoa física. **O secretário**
1684 **geral** disse: “São 2 como pessoa física, 2 como pessoa jurídica”. **Anne**
1685 **Paiva** explicou que tem algumas pessoas que os conselheiros conhecem, que

1686 tem mais de uma pessoa jurídica que são, por exemplo, diretores em mais de
1687 uma Associação, eles podem ser contemplados em tudo isso. Mas vai ter, além
1688 desses 2 da cultura viva, tem o edital de espaços e o edital de pesquisa. Por
1689 exemplo, a pessoa vai ser contemplada no edital de Audiovisual e ela quer se
1690 inscrever no edital de pesquisa, pela regra atual, ela pode ser contemplada no
1691 Audiovisual e no de pesquisa como pessoa física. Perguntou qual é a regra que
1692 os conselheiros querem, lembrando da logística da coisa, é interessante também
1693 perguntar do pessoal do instituto se eles conseguem, como eles conseguem
1694 fazer essa filtragem, porque a experiência do estado é na mão, aí eles vão fazer
1695 na mão? **O secretário geral** perguntou se a doutora Anne Paiva podia mandar
1696 mensagem para o Rafael. Pediu também, para deixar o Pai Alberto falar logo,
1697 para que pudessem colocar a última coisa em votação. Solicitou que colocassem
1698 todo o resto da pauta para a extraordinária. **Pai Alberto Jorge** disse que era
1699 ponto de cultura, associação, utilidade pública sem fins lucrativos, e que era
1700 terreiro, tudo no mesmo espaço. Afirmou que o Kaká Botates conhecia o trabalho
1701 deles e que o conselheiro Dudson acompanha o seu sofrimento há muito tempo.
1702 Contou que haviam juntado pedaços e cacos, e que, quando foram
1703 contemplados no projeto em nome do pai Jonathan na Aldir Blanc, conseguiram
1704 fazer três imagens bonitas de Iemanjá, Oxum e outra (incompreensível). Disse
1705 que só no ano passado conseguiram “fibrar” as imagens feitas em isopor, pois
1706 eram frágeis e quebraram várias vezes. Relatou que a SEC os ajudou no
1707 restauro da imagem de Iemanjá e que o projeto macro, feito pela SEC, estava
1708 avaliado em cerca de 1.500.000, mas até aquele momento não haviam
1709 conseguido o recurso. Qualquer recurso pequeno estava sendo usado para
1710 melhorar, aumentar e fazer o projeto acontecer, e que Dudson não o deixaria
1711 mentir sobre isso. Falou que havia casos e casos e que o Conselho precisava
1712 agir com rigor, pensando com cuidado em todas as situações. Alertou que, se
1713 não tivessem os recursos, perderiam material, mencionando a angústia que
1714 sentiu ao ver a imagem de Iemanjá danificada pelo tempo. Explicou que era uma
1715 obra lindíssima, feita por (incompreensível), e que ainda não tiveram recursos
1716 suficientes para fibrá-la adequadamente. Apelou para que o Conselho olhasse
1717 com carinho e calma, reconhecendo que existiam oportunistas, mas também
1718 espaços onde as pessoas abriam mão do conforto e bem-estar para fazer a
1719 cultura crescer. Contou que já não tinha mais nada em seu nome, pois havia
1720 transferido tudo para a associação de desenvolvimento sociocultural Toy Badé,
1721 exceto o celular. Dizia que não levaria nada para o túmulo, mas que queria deixar

1722 algo para a posteridade. Expressou tristeza por ver terreiros fechados após a
1723 morte do pai de santo, quando a família se apropriava de tudo. Disse que
1724 entendia a dor do conselheiro Dudson Carvalho, mas que discordava dele em
1725 muitos momentos inclusive com o mestre Kaká, mas que tinham um ponto em
1726 comum: acreditam no ideal, no que fazem, e davam suas vidas, sangue, suor e
1727 existência para isso. Finalizou pedindo que olhassem com generosidade a
1728 situação de todos. **O conselheiro Elson Rocha** esclareceu que está havendo
1729 aí uma grande confusão em relação os editais que precisam ter as manutenções
1730 de Espaço e aí, quando diz assim: “quem foi contemplado com um projeto na
1731 PNAB não vai poder fazer manutenção de espaço”. Manutenção de espaço é
1732 algo completamente diferente do que é realização de um projeto. O seu ponto
1733 de cultura pode ter um projeto, ele foi lá e executou,
1734 pronto, por exemplo, não é que é Marupiara esteja competindo, mas a
1735 manutenção seria que manter um espaço ali, aberto à sociedade como é a
1736 Marupiara, como faz a Reino Unido, que também é ponto de cultura e uma
1737 contrapartida muito bacana que seria, era Reino Unido ficar aberta uma vez por
1738 mês ou a cada 2 meses, ou a cada 3 meses para execução de um projeto social.
1739 Estão aí aprovando um monte de projetos que a galera não tem local para fazer
1740 e teria a Reino Unido, teria Vitória Régia, teria outras espaços porque o edital
1741 pede para manutenção de espaço “ah, está proibido”. Aí, vai esvaziar um edital?
1742 **O secretário geral** perguntou qual era a proposta do conselheiro Dudson
1743 Carvalho, se é manter como está. 2 CPF, 2 CNPJ. **O conselheiro Dudson**
1744 **Carvalho** disse que o conselheiro Elson Rocha foi muito feliz agora nas falas,
1745 que se entenda que uma coisa é uma coisa e outra é outra. Manutenção é para
1746 você ficar com a porta, com as portas abertas e projeto é para você executar e
1747 desenvolver. Então, quando o Pai Alberto está falando aqui, dessa pauta aqui, a
1748 Associação Toy Badé está o ano inteiro ali, atendendo, isso é manutenção de
1749 espaço. Aí ele resolve que precisa fazer as imagens, isso é projeto diferenciado
1750 de Cultura. **O secretário geral** disse que já entendeu o que o conselheiro
1751 Dudson Carvalho explicou. botou em votação e disse que tem a proposta do
1752 conselheiro Vanderley Pinheiro, que seria só uma premiação nesses novos
1753 editais, que é a proposta número 1. **O conselheiro Menciaus Melo** perguntou se
1754 é melhor manter a vedação. **O secretário geral** respondeu que o conselheiro
1755 Vanderley Pinheiro quer que tenha a vedação, a proposta número 1. **O**
1756 **secretário geral** informou que a proposta número 3 do conselheiro Dudson
1757 Carvalho, que seria manter como está 2 por CPF, 2 por CNPJ. Disse que

permanece como está, ele vai poder escrever no de linguagem, ele vai poder escrever no espaço. Não tem exceção. Para esse edital, ele vai escolher entre 4 possíveis inscrições dele. Se ele quer ir e para qual edital ele quer. O conselheiro **Elson Rocha** disse que a sugestão de não vedação seria somente na manutenção de espaço. Nos demais, precisa ter vedação. **O secretário geral disse** que a vedação, que já foi votada e está em vigor, é de 2 prêmios por CPF e 2 prêmios por CNPJ. **O conselheiro Elson Rocha** disse que há uma exceção. **O secretário geral** perguntou se o conselheiro Elson Rocha quer que tenha um 5º prêmio. **O conselheiro Elson Rocha** respondeu que não, só a exceção em relação à manutenção de espaço, que é um edital específico. Ele é indiferente se o cara foi contemplado com um projeto para fazer uma atividade. **O secretário geral** disse que não estava entendendo a proposta do conselheiro Elson Rocha, pedindo desculpas e sugerindo que colocassem uma (inaudível). **O conselheiro Elson Rocha** disse que ia simplificar (inaudível). **O secretário geral** disse caráter de exceção, o conselheiro Elson Rocha está dizendo que, em todos os outros editais, ele poderia se inscrever e ser contemplado 2 vezes no CPF e 2 vezes no CNPJ. **O conselheiro Elson Rocha** respondeu que não estava falando nada disso. **O secretário geral** disse que é como falam os editais atualmente. **O conselheiro Elson Rocha** disse que estava se referindo somente ao Edital de Manutenção de espaços culturais que ele é aberto à participação, ou seja, se ele foi contemplado no edital, ele vai poder concorrer em manutenção. E o conselho precisa amarrar mais essa questão da manutenção para que esses espaços sejam abertos realmente para práticas culturais. Com fiscalização. Só está se referindo à manutenção. **O secretário geral** informou que são os conselheiros que vão fiscalizar, e depois disse que não queria ninguém dizendo que não poderia, que ele estava trabalhando, e que não trabalharia por ninguém, mas que este ano não. **Informou que a** sugestão do conselheiro Dudson Carvalho é: permite como está no edital, que são 2 no CPF, 2 no CNPJ, com exceção do edital de manutenção de espaços. **Anne Paiva** esclareceu por que a regra está assim. É uma discussão que veio da época, lá, das primeiras escutas e foi justamente por causa disso que foi colocado essa regra no edital. A pessoa, por exemplo, era da dança e da cultura popular, queria escrever um projeto e ser contemplada em projetos onde Dança e um de cultura popular foi votado e todo mundo aceitou. Outro exemplo que também foi bem colocado na época das escutas, a pessoa, ela era da área da pesquisa e ela queria também fazer um edital de linguagens, então ela poderia

1794 ser contemplada nos 2 ou ainda, se for perguntar, (inaudível) respondeu que são
1795 projetos diferentes, ou por exemplo, o João, o pessoal, o Douglas que tem
1796 espaço cultural e eles queriam fazer projeto, eles queriam ser contemplados nos
1797 2 poder ser contemplado nos 2. Então eles iam se inscrever em edital de projeto
1798 e edital de espaço cultural. Por isso que ficou a regra. **O presidente** perguntou
1799 ao conselheiro Dudson se ele permitia uma observação, e afirmou que estava
1800 gostando da transmissão em libras. **O conselheiro Dudson Carvalho** disse que
1801 estava em libras, para que a galera que não estava entendendo com palavras
1802 conseguisse entender em libras. informou que já está sendo permitido 2. O que
1803 está sendo feito agora e está sendo vetado a pedido do conselheiro e que o
1804 conselho pode estar impedindo. (Inaudível). Só um, Nos novos 4 editais. **O**
1805 **secretário geral** se mostrou a favor e informou que acabou de fazer uma defesa
1806 dizendo que é importante e aí a pessoa usa dessa estratégia. Essa redação vai
1807 trazer mais problema, porque se os conselheiros pensarem que a estratégia de
1808 cada fazedor de cultura e gestor, se ele quiser focar único e exclusivamente,
1809 todas as propostas deles no campo de sustento, espaço, ponto de Cultura,
1810 receber a manutenção do espaço, a pessoa vai ter condições de fazer isso sem
1811 precisar queimar estratégias de linguagem, porque ações de linguagem,
1812 inclusive, vai poder ganhar para executar dentro do seu ponto de cultura e pode
1813 ser contemplado em até 4 prêmios. Disse que está falando de contemplado. Na
1814 inscrição, ele pode, em 2 editais diferentes, escrever, pode ser contemplado em
1815 2 no CPF. São 2 prêmios do CPF e no CNPJ, vai ponderar em dois editais
1816 diferentes, então só aí, um gestor, a pessoa pode sombrear 4 prêmios, já viu isso
1817 acontecer lá na LPG. Tem que fazer um estudo porque os conselheiros não têm
1818 os dados, mas precisam fazer um estudo estratificado de quantas pessoas
1819 conseguiram mais de um prêmio, quantas pessoas estão conseguindo, porque
1820 vai botando ali na cabeça e essas pessoas têm que ser estudadas. “Como é que
1821 a pessoa está ganhando 4 prêmios?” tem que pegar esse cara e fazer, ensinar
1822 as pessoas. Agora, para mudar essa regra, só se for nesses 4, é isso que está
1823 botando a baila. **O pai Alberto Jorge** explicou a questão da Mami Wata feita por
1824 eles. A Iemanjá branca, vestida de Nossa Senhora da Conceição, ou fariam
1825 Iemanjá africana, com seios imensos, então tiveram que encontrar um meio
1826 termo. Esse meio termo foi encontrado através de uma pesquisa realizada
1827 anteriormente, que não foi paga, no Benin, onde existe um rio de águas pretas,
1828 que é o local onde se encontra a Mami Wata. Ele explicou que essa Mami wata
1829 é metade mulher, metade cobra e metade peixe. Disse que, no Benin, existe algo

1830 muito semelhante ao conceito de mãe d'água no Amazonas, e que, ao juntar isso
1831 com o trabalho do presidente Kaká Bonates no Teatro Amazonas no projeto
1832 "Umbigo da Terra", ele conseguiu refletir sobre como as culturas indígenas,
1833 africanas e até mesmo as europeias se encontram. Comentou que, ao fazer um
1834 projeto para Aldir Blanc, a pesquisa foi uma parte fundamental, mas que essa
1835 pesquisa não foi paga. Ele explicou que, muitas vezes, é necessário juntar
1836 pedaços de conhecimento para criar um projeto decente, bem estruturado,
1837 .muitas vezes, as pessoas pensam em realizar eventos como a Festa do Divino
1838 ou algo similar, mas que, para isso, é essencial ter pesquisa e é importante
1839 incentivar os grupos culturais a resgatar sua herança étnico-cultural. Isso requer
1840 formação e que, quando tudo é feito com o dinheiro do bolso, isso se torna
1841 doloroso. Usou o presidente Kaká como exemplo, perguntando quanto ele já
1842 gastou de seu próprio bolso para se tornar Mestre Kaká na capoeira, o
1843 conselheiro Dudson Carvalho no carnaval, no folclore. Finalizou dizendo que é
1844 preciso olhar para além dessas dificuldades. Concluiu sua fala dizendo que o
1845 conselho é soberano e bonito, porque permite que essas dificuldades sejam
1846 compartilhadas, trazidas para cá. **O secretário geral** colocou em votação e
1847 explicou que havia propostas dos conselheiros Vanderley Pinheiro, Dudson
1848 Carvalho e Elson Rocha. A proposta do conselheiro Vanderley era de que, nos
1849 quatro novos editais, a pessoa só pudesse se inscrever e ser contemplada uma
1850 vez nesses 4. **O presidente** disse que é tanto para pessoa física quanto jurídica.
1851 **O secretário geral** informou que já tem uma resposta, o conselheiro Elson
1852 Rocha prefere manter como está e para esses 4 novos editais sejam feitas
1853 somente que a pessoa possa escrever para ser contemplada, com um prêmio
1854 no CPF, um prêmio no CNPJ para esses novos 4 editais. A proposta do
1855 conselheiro Dudson carvalho é manter como está, 2 no CPF, 2 no CNPJ
1856 também para esses 4 novos editais. (Inaudível). Perguntou qual é a proposta do
1857 conselheiro, se é uma vez com CPF, uma vez com o CNPJ. Então é manter
1858 como está. Inaudível. Respondeu que não, não tem mais esclarecimento e que
1859 a proposta era simplesmente seguir o que estava no edital, ou seja, 2 no CPF e
1860 2 no CNPJ. **O conselheiro Wellisson Batista** perguntou se podia falar. **O**
1861 **secretário geral** respondeu que sim, mas ressaltou que a proposta era do
1862 conselheiro Dudson Cravalho e que ele poderia falar. Após vozes inaudíveis, **o**
1863 **conselheiro Wellisson Batista** confirmou, dizendo "Isso, é isso". **O conselheiro**
1864 **Wellisson Batista** confirmou, dizendo "É, isso". **O secretário geral** perguntou
1865 se seriam 2 para esses novos 4 editais, ou seja, 2 propostas contempladas, seja

1866 no CPF ou no CNPJ. Inaudível. Respondeu que pode aplicar quantas vezes a
1867 pessoa quiser, ela só vai poder ser contemplada. Inaudível. lá no futuro,
1868 perguntou como é que isso se resolve para os conselheiro, vai passar um filtro,
1869 ele escolhe qual o prêmio prioritário. **Anne Paiva** esclareceu que a pessoa só
1870 não vai poder ser contemplado nos 4, porque já foi contemplada nesse. **O**
1871 **secretário geral** disse que entendeu. **Anne Paiva** explicou que, se um
1872 proponente for contemplado em um edital agora e quiser se inscrever no edital
1873 de espaços, ele não poderá. Ele poderá se inscrever, mas não poderá ser
1874 contemplado, pois a regra do edital de espaços estabelece que um proponente
1875 não pode ser contemplado nesse edital e em outro simultaneamente, sendo
1876 permitido ganhar apenas em um. A ASPC não tem nenhuma objeção quanto a
1877 isso, mas sabe que a sociedade irá se manifestar. **O presidente** acrescentou
1878 que depois a situação será ajustada. **Após falas inaudíveis, Anne Paiva**
1879 confirmou: “É, exato, é exatamente isso, senhor, entendeu?”. Ela exemplificou
1880 mencionando um participante chamado João, explicando que, se João estiver
1881 participando do edital de Dança e for contemplado, ele não poderá ser
1882 contemplado no edital de espaços culturais. No entanto, esclareceu que o
1883 conselho ainda deverá votar sobre essa questão e, se decidirem que um
1884 proponente só pode ser contemplado em um edital, ele não vai poder. Finalizou
1885 dizendo que o próximo passo é levar isso para votação. **O presidente** pediu a
1886 atenção de todos e anunciou a votação. Ele perguntou se todos estavam
1887 esclarecidos sobre as propostas e, em seguida, orientou: “Atenção, vamos lá.
1888 Quem vota na proposta 1, levante o braço para a contagem. É a do Vanderley.”
1889 **O secretário geral** mencionou que a proposta do conselheiro Vanderley estava
1890 relacionada aos quatro editais, mas parte de sua fala ficou inaudível. **O**
1891 **presidente** disse “Vanderley, por favor”. **O secretário geral** complementou,
1892 esclarecendo que a proposta do conselheiro Vanderley Pinheiro estabelece que
1893 um proponente pode receber apenas um prêmio, seja no CPF ou no CNPJ. **O**
1894 **presidente** pediu atenção e solicitou que ninguém interrompesse durante a
1895 votação: “Agora, por favor, ninguém interrompa, em regime de votação, vamos
1896 lá. É a proposta do Vanderley. Alguém levanta a mão a favor ou contra a
1897 proposta.” Ele repetiu a regra da proposta: “Pode concorrer só uma vez, tanto no
1898 CPF quanto no CNPJ.” **O secretário geral** esclareceu que o proponente pode
1899 ser contemplado apenas uma vez. Explicou que, na proposta do conselheiro
1900 Vanderley Pinheiro, o proponente pode ser contemplado apenas uma vez. Já a
1901 proposta do conselheiro Elson Rocha sugere que, nos novos quatro editais, o

proponente possa ser contemplado uma vez no CPF e uma vez no CNPJ. **O presidente** pediu mais atenção, dizendo: “Tem que prestar atenção, mano, senão não conseguimos levar isso à votação adiante.” **O secretário geral** esclareceu novamente as propostas, dizendo: “Vou esclarecer as propostas de novo, porque parece que não está claro. Então, de novo: a proposta número 1, do Vanderley, sugere que, nos próximos 4 editais, a pessoa só possa ser contemplada em apenas um prêmio, seja no CPF ou no CNPJ. O conselheiro Elson Rocha sugere que, nesses 4 novos editais, a pessoa possa ser contemplada uma vez no CPF e uma vez no CNPJ. O conselheiro Dudson Carvalho sugere que as pessoas possam ser contempladas em 2 propostas, seja no CNPJ ou no CPF.” **O presidente disse**: “Em editais diferentes.” **O secretário geral respondeu**: “Será sempre em editais diferentes, então deixa só a do conselheiro Dudson Carvalho. Não só esse, e aí, ano que vem a gente sugere. Vamos lá.” **O presidente** iniciou a votação: “Vamos votar pela proposta do conselheiro Vanderley Pinheiro. Quem é a favor, por favor, levante a mão.” Contou: “2 votos. Abstenções? Nenhuma.” Ele seguiu: “Agora, as propostas do conselheiro Dudson Carvalho, 2 propostas comparadas naqueles editais, quem é a favor da proposta do conselheiro Dudson, levante a mão.” Contou: “1, 2, 3, 4, 5, 6, 7.” **O secretário geral** contou os votos: “8 com o meu, Bjarne 9. Maick também votou conosco, 10.” **O presidente** confirmou: “10.” **O secretário geral** explicou a proposta do Dudson: “A proposta do Dudson é que, nesses novos 4 editais, as pessoas possam ser premiadas ou 2 vezes no CPF, ou 2 vezes no CNPJ. 2 no total.” **O presidente** iniciou: “Existe uma proposta, nobres conselheiros. Existe uma proposta aqui do nosso secretário, é um encaminhamento, na verdade, que a pauta 3, que é o cronograma da segunda etapa das ações coordenadas. Etapa das ações coordenadas na PNAB Amazonas, 4º ponto de pauta, cronograma de reuniões de avaliação com equipes da busca ativa e coleta e compilado de relatórios. E a 5ª proposta seria aprovação do relatório e está pauta seria a aprovação do relatório anual de atividades do Conec 2024.” “Ele propõe que isso seja transferido para a próxima reunião.” **O secretário geral** iniciou a votação: “Vamos só aprovar isso logo. Em votação. Quem vota a favor, permaneçam como estão. Quem é contra, manifeste-se. Abstenções?” Após a contagem, ele anunciou: “Então, pronto, aprovado, as pautas 3 a 5.” **O presidente** corrigiu: “3, 4 e 5.” **O secretário geral** respondeu: “3, 4 e 5 serão colocadas na Reunião Extraordinária marcada para o dia 12, se eu não me engano.” “É quarta-feira.” **O presidente** anunciou: “Seguindo o rito, passou para

1938 os **ASSUNTOS GERAIS** de interesse do conselho. Abro a voz do plenário e
1939 demais presentes para quem quiser se manifestar no prazo de até 2 minutos
1940 sobre temas e assuntos sem caráter deliberativo, mas de interesse desse
1941 conselho. Aberta as inscrições.” **Alberto Jorge** iniciou sua fala dizendo:
1942 senhores, nós vimos que o fato foi consumado. O Secretário Caio André está aí
1943 nomeado, mas o papel da sociedade civil, o papel do conselho não pode
1944 simplesmente ser modificados diante daquilo que o governador bateu o martelo,
1945 o governador deixou de ouvir, o governador não deu atenção aos movimentos
1946 culturais, não deu ouvido aos conselheiros. Então, nós precisamos redobrar ao
1947 máximo possível o controle social. Nós não podemos deixar que a cultura se
1948 transforme em cabide de emprego, que a equipe técnica que hoje está na SEC,
1949 que vem realizando um bom trabalho, seja mexida e colocada lá apenas pelo
1950 compadrio. Isso é inaceitável. Então, peço que este conselho se mantenha cada
1951 vez mais vigilante, que era o apelo ao secretário Cândido, que permaneça, que
1952 aceite esse convite, que fique, porque nós confiamos sim no trabalho que o
1953 Cândido fez até hoje e penso que será estupidez do senhor governador perder
1954 este quadro excelente que temos aqui presente, que tem se esmerado ao
1955 máximo possível para fazer este Conselho funcionar, para fazer com que a
1956 Política Estadual de Cultura de fato e de direito aconteça. Outro fica aqui um
1957 recado, eu não converso em particular. A minha conversa é a partir da comissão.
1958 Quem está me ouvindo, que me procurou na surdina, fique sabendo disso. Nós
1959 formamos uma comissão e eu peço respeito a essa comissão. Estamos abertos
1960 ao diálogo, como fomos lá com a deputada Joana Darc, já concluo, e com o líder
1961 do governo. Nós manteremos essa pauta. Nós não vamos deixar disso. Nós
1962 queremos sim, conversar com o governador. Muito obrigado.” **João Fernandes**
1963 iniciou saudando a todos e esclarecendo que nunca participando de nenhuma
1964 reunião do Conec, porque acha que é um momento que o conselho deve
1965 deliberar sobre um lugar que cada um conhece, cada um representa, mas ao
1966 mesmo tempo. Ele continuou: eu não acho correto, nem ético, eu falei isso outro
1967 dia, numa reunião de uma minuta, usarem o nome de pessoas que não estão
1968 nos lugares para servir como exemplo ou recortar falas de outros assuntos e de
1969 outras pautas e colocarem como contexto.” Seguiu: eu me sinto super mal em
1970 ficar recebendo o áudio dessas reuniões onde, ah, porque se João participa
1971 disso, ele não pode ganhar disso, ah, porque se não sei mais o que. Gente, me
1972 esqueçam, eu sou uma pessoa da sociedade civil como qualquer outra que pode
1973 participar dos editais. Eu pago meus fiscos, eu tenho uma ação cultural, então

1974 nada me impede de participar. Ele explicou: "Agora, não se vai citar alguma coisa
1975 assim. Gente, se tem um CNPJ, outro CNPJ pode concorrer. Não precisa citar
1976 meu nome, eu acho que essas coisas vão ficando cada vez mais redundantes e
1977 isso vai se tornando pessoalidade, porque depois as pessoas vão me
1978 encontrando nos lugares e elas vão criando uma outra narrativa. Eu não tenho
1979 trabalho na periferia, eu tenho um trabalho no centro da cidade, um trabalho
1980 digno e respeitado que não desmerece o trabalho de ninguém que está na
1981 periferia, na comunidade ou em outro lugar. Cada um escolhe o seu território
1982 para trabalhar e não acho que cabe ao conselho desmerecer os territórios,
1983 porque essas pessoas estão cada um dos seus lugares, construindo o que a
1984 sociedade ou que o governo muitas vezes não faz. Ele pediu: "Então, só queria
1985 pedir isso com muita tranquilidade, que nas próximas reuniões utilizassem
1986 pseudônimos, nomes fictícios, porque eu não entendo por que que tem que ser
1987 pensado, ou eu sei que o trabalho que o Casarão faz é gigante e eu me orgulho
1988 disso, mas eu não posso deixar aqui na boca de algumas pessoas que isso seja
1989 desmérito, ou que seja crítica. O trabalho que eu faço, um trabalho diário, um
1990 trabalho que vai para muito além de poder público, mas a força do poder público
1991 tem que chegar em todos, inclusive no meu trabalho. Então, por gentileza, que
1992 vocês votem, votem da forma que vocês queiram, achem pertinente, para isso
1993 existe justiça, existe mandado de segurança, não tem problema nenhum porque
1994 existe um plano nacional que rege as regras. "Eu jamais burlo regras, mas
1995 também não aceito que seja feito esse tipo de ação, de construir outras
1996 narrativas a partir do que a gente fala, em outras reuniões, em outros momentos
1997 contextualizadas, equivocadamente, ou usando, gente como exemplo no sentido
1998 de pode ou não pode, deve ou não deve. Eu acho que isso não é um papel ético,
1999 estamos aí, o Alberto Jorge acabou de falar o que a gente estava tem passado,
2000 mas parece que as pessoas que também estão na construção fazem questão de
2001 consolidar uma falta de ética. Então, por gentileza, eu quero só pedir isso, eu
2002 nunca participei dessa reunião, mas eu recebi aqui vários áudios, várias
2003 mensagens do meu nome em vários momentos. Então, por gentileza, usem outro
2004 nome, usem nomes fictícios, a mangueira e a samaumeira, o ipê rosa e o
2005 açazeiro, tem diversas formas para que a gente não seja, eu não quero ruído
2006 com ninguém, eu não estou participando de nada, então assim, eu só quero
2007 preservar minha imagem e a imagem da minha instituição." **O secretário geral**
2008 **disse que já entendeu e pediu desculpa. João Fernandes** esclareceu que só
2009 **quero preservar sua imagem e a imagem da sua instituição. O secretário geral**

2010 respondeu que João Fernandes estava se tornando repetitivo e assim, nunca foi
2011 de forma pejorativa, pelo contrário, já recebeu a solicitação e será colocado nos
2012 autos dessa ata. O conselho estará fazendo questão de não citar nem o nome
2013 de João e nem o nome do Casarão de Ideias." **João Fernandes** só pra finalizar,
2014 ressaltou que não é pejorativo para o secretário geral, mas quem recorta sai
2015 colocando em outro contexto." **O secretário geral** disse que é engraçado,
2016 porque é isso que as pessoas estão fazendo, "tu devias te preocupar é com
2017 essas pessoas que te atazanam com isso, porque em nenhum momento você
2018 foi julgado (inaudível)." **O conselheiro Elson Rocha** acrescentou que João
2019 Fernandes nunca foi falado de forma negativa na reunião." **O secretário geral**
2020 agradeceu demais a fala de João Fernandes e acha importante ele participar
2021 presencialmente sempre que possível. **O conselheiro Elson Rocha** informou
2022 que João Fernandes foi falado de forma positiva e inclusive os conselheiros
2023 votaram a favor dele, então não houve nada. Pediu para ele colocar em seu
2024 livrinho quem passou essa informação aí para ter questionamento. **João**
2025 **Fernandes** disse "Elson, não é votar a favor do João, eu não estou pedindo voto,
2026 é votar a favor de um edital para todos." **O secretário geral** informou que o nome
2027 de João Fernandes será esquecido aqui no conselho. "Não faremos mais, pelo
2028 contrário João. Já entendemos o recado, não se preocupe, não. Seu nome será
2029 esquecido aqui no conselho." **O conselheiro Elson Rocha** lamentou e disse que
2030 no início, deveriam ter suspenso porque era um caso... **vozes inaudíveis. A**
2031 **conselheira Jordania Galdino** informou que foi uma pessoa do conselho,
2032 suplente, isso não pode acontecer nos grupos. "Acabei de ver aqui, depois eu
2033 vou lhe mostrar no particular, nada contra quem está como convidado, que está
2034 aqui, a reunião está aberta, a reunião é coisa pública, mas no momento em que
2035 gravam, fazem essas coisas, isso está super errado. Recortem, isso." **O**
2036 **conselheiro Elson Rocha** lamentou o início da reunião, sugerindo que ela
2037 poderia ter sido suspensa brevemente devido à mudança de secretário, um
2038 evento atípico de uma mudança de secretário, o conselho perdeu um bom
2039 administrador cultural e ganhou um político para gerir a Secretaria de Cultura.
2040 Também expressou preocupações sobre os interesses políticos do novo
2041 secretário, que teria que renunciar ao cargo em um ano para se candidatar, o
2042 que, segundo ele, prejudicaria os projetos culturais em andamento. " eu lamento
2043 o início da nossa, da nossa reunião, que poderia ter suspenso por 15 minutos
2044 ou algo do tipo, porque era um algo atípico, né, de uma mudança de secretário
2045 e a gente não pode se manifestar na presença do mesmo. Porque eu quero

2046 deixar bem claro que nós perdemos o grande administrador cultural quando se
2047 colocou para fazer política e ganhamos o político para administrar a Secretaria
2048 de Cultura. A vinda do secretário não traz tranquilidade para esse movimento
2049 cultural, uma vez que tem o interesse político e daqui a um ano vai ter que
2050 renunciar ao cargo para simplesmente se candidatar e mais uma vez abandonar
2051 todo o projeto que nós temos diante da cultura. Então eu não vejo isso com bons
2052 olhos. É, a Secretaria nunca foi gerida por políticos. Ele é um pré-candidato.
2053 Como eu já falei, costuma, sim fazer pressão. Quem trabalha na Câmara
2054 municipal sabe que quando ele perdeu, as sessões funcionavam somente 2
2055 vezes. Por semana e ele passou a fazer 5 vezes por semana obrigando as
2056 pessoas irem para lá. Então que essa perseguição não venha para cultura, que
2057 essa perseguição não venha. Para aqueles fazedores de cultura que estão
2058 lutando aqui pela cultura, pela política cultural e não para a política partidária. A
2059 política partidária já fez muito mal para esse conselho da última reunião, nossa
2060 política com o governador foi prometido jetom e até hoje não saiu jetom. Então
2061 nós temos péssimas lembranças quando se trata de política partidária. Eu fui a
2062 maior reunião de Wilson Lima, a maior reunião de David Almeida da cultura,
2063 foram feitas e na presença de todos os conselheiros. Então não venha para cá
2064 dizer que as pessoas aqui estão falando porque são bolsonarista, porque as
2065 pessoas são oposição, não, as pessoas que estão aqui pensam em cultura. **O**
2066 **conselheiro Vanderley Pinheiro** ressaltou que o conselho é soberano e
2067 responsável por suas decisões. Ele acredita que o objetivo da reunião é somar
2068 esforços com os demais conselheiros, ressaltando que a luta pela cultura é de
2069 todos, especialmente dos trabalhadores da cultura e o esforço de mais de 20
2070 municípios que se empenharam e demonstraram resultados. **A conselheira**
2071 **Jordania Damasceno** pediu uma questão de ordem, informando que o link da
2072 reunião estava sendo compartilhado de forma inadequada, o que resultava na
2073 entrada de pessoas não autorizadas na reunião. Informou também, que estavam
2074 sendo divulgadas fotos dos participantes no grupo de mobilização, o que estava
2075 gerando confusão e distorcendo o contexto da reunião. " O link da reunião está
2076 vazando, está entrando gente, estou acabando de ver aqui no grupo, é o grupo
2077 que o senhor está também aquele da mobilização. Jogaram todas as nossas
2078 fotos nessa reunião toda aqui e tão fazendo já o auê, então está entrando as
2079 pessoas aí estão fazendo o recorte da coisa" **O conselheiro Maick Soares**
2080 pediu uma questão de ordem para informar que só entra na reunião quem é
2081 liberado. Pediu também, para verificar essa situação. **O secretário geral** fez um

2082 esclarecimento sobre o controle de participação na reunião, mencionando que
2083 ele havia solicitado o uso de sistemas pagos e outros softwares para fazer o
2084 controle adequado. Ele explicou que, no momento, apenas os convidados
2085 estavam presentes. "Gente, olha só, só para uma questão de esclarecimento,
2086 dentro dos memorandos eu peço os sistemas do OBS, eu peço sistema é pago
2087 do modem.com, eu peço outros softwares que vão fazer esse controle, hoje só
2088 estavam convidados." **O conselheiro Maick Soares**, por sua vez, comentou
2089 sobre o número de participantes na tela, questionando se todos os presentes
2090 eram autorizados a participar. **O secretário geral** explicou que, embora a
2091 reunião fosse aberta ao público, incluindo suplentes, o foco estava em
2092 compreender como algumas pessoas estavam distorcendo o contexto das
2093 discussões. Ele criticou a atitude de quem estava causando desconforto ao João,
2094 fazendo críticas baseadas em falas que foram mal interpretadas. Para ele,
2095 algumas pessoas estavam mais interessadas em criar confusão do que em
2096 contribuir positivamente para o trabalho do conselho. Ele usou uma citação de
2097 Eliakin Rufino de Souza, mencionando que, após muitas dificuldades, ele
2098 aprendeu a lidar com situações adversas, como aquelas causadas por críticas
2099 infundadas. "Sim, mas Reunião Ordinária ela é aberta à população e ela foi
2100 divulgada para as pessoas suplentes e toda a população podia estar presente,
2101 afinal a gente estava recebendo, sem direito a voz. A questão que a gente está
2102 averiguando é, como alguém extrai do contexto e está aqui qual é a contribuição
2103 que essa pessoa tem indo infernizar a cabeça do João Fernandes, com falas que
2104 porque a gente citou o João. É isso que a gente está querendo entender dentro
2105 de um processo que as pessoas não estão para contribuir. Elas não são a favor
2106 do conselho, elas não contribuem, elas só infernizam, então assim, eu tenho uma
2107 fala do querido Eliakin Rufino de Souza, lá de Roraima, que diz: "De tanto
2108 puxarem meu tapete, eu aprendi a pilotar tapetes voadores". A gente vai
2109 continuar sambando com as com a música que tocar, vai dançar valsa, vai
2110 dançar bolero". Informou que já está em seu oitavo Hate (significa ódio) e não
2111 está mais preocupado com isso. **O conselheiro André Durand** propôs, com a
2112 permissão do Secretário e dos colegas, a inclusão de uma pauta para a próxima
2113 reunião. A proposta envolvia a execução da Política Nacional de Acesso à
2114 Cultura (PNAB) do estado do Amazonas, alinhada às políticas públicas de
2115 inclusão social e à Lei de Acesso à Cultura. O objetivo era garantir a equidade
2116 social no reconhecimento de iniciativas culturais e lançar o prêmio "Saberes do
2117 Amanhã Amazonas Cultura Jovem". Ele justificou sua proposta ao observar que,

2118 durante visitas aos municípios, percebeu muitos adolescentes artistas, como
2119 bailarinos e cantores, que não tinham acesso aos editais, especialmente aqueles
2120 provenientes de áreas empobrecidas. Citou o caso de Matheus, um cantor de
2121 Manaquiri, que desejava participar de um edital para a aquisição de
2122 equipamentos. A lei permite que também os tutores de jovens artistas possam
2123 ser contemplados. Pediu a compreensão dos colegas para discutir essa questão
2124 na próxima sessão extraordinária. " Eu gostaria de propor aqui para pauta do dia
2125 12, se o senhor permitir, eu estou com uma proposta para a execução dos
2126 (inaudível) da PNAB do estado do Amazonas, em conformidade com as políticas
2127 públicas de inclusão social e lei de acesso à cultura, visando garantir equidade
2128 social no reconhecimento de iniciativas culturais e propor o prêmio Saberes do
2129 Amanhã Amazonas Cultura Jovem. Por que que eu estou pedindo permissão e
2130 contando com a compreensão dos colegas? Nessas nossas idas pra esses
2131 municípios a gente vê bastante artistas adolescentes e a gente nota, por
2132 exemplo, eu vou exemplificar aqui o termo bailarino. Ele passa por um processo
2133 todinho e aos 16 anos ele já é considerado um bailarino profissional. E essas
2134 pessoas hoje que residem imensos no nos bolsões da pobreza e ainda temos a
2135 Extrema pobreza. Eles gostariam de participar, de ter acesso a esses, a esses
2136 editais, percorrendo itaquatiara e Manaquiri. Eu vou exemplificar aqui o cantor
2137 Matheus de Manaquiri, que gostaria muito de participar de um edital pra
2138 aquisição de equipamentos e a lei ela é bem precisa. Ela abre também a
2139 possibilidade para tutores desses proponentes jovens. Então eu gostaria de
2140 poder discutir junto com meu apoio jurídico na próxima sessão extraordinária, a
2141 questão do prêmio Saberes do Amanhã Amazonas Cultura Jovem, para atender
2142 as demandas dos municípios do Amazonas." **O conselheiro Menciús Melo**
2143 mencionou que o prêmio "Saberes do Amanhã" é um desdobramento dos
2144 "Mestres dos Saberes", e que essa proposta foi discutida ainda no início
2145 (inaudível). **O secretário geral** respondeu que já havia uma análise da
2146 Procuradoria Geral do Estado (PGE), que concluiu que ninguém, a não ser que
2147 tenha pelo menos dois anos de experiência e seja maior de 18 anos, pode
2148 celebrar contratos com a Secretaria, é preciso existir. "É mas já tem uma
2149 resposta sobre isso, a PGE já fez uma análise de que ninguém pode, a não ser
2150 que tenha 2 anos de coisa e seja maior de 18 anos para celebrar os contratos
2151 com a Secretaria, é preciso existir."
2152 informou que o tempo do conselheiro André Durand havia se esgotado, e sugeriu
2153 que o grupo buscasse evidências de editais semelhantes no Brasil que

2154 pudessem ser aplicáveis ao caso em questão. Ele mencionou que esses editais
2155 poderiam ser realizados a qualquer momento e que as inscrições poderiam ser
2156 feitos tutelados por tuteladores culturais. " O teu tempo já acabou. Eu estou
2157 sugerindo que a gente busque evidências de possíveis editais que tenham no
2158 Brasil, que sejam equiparados a isso, e sim podendo ser a qualquer momento,
2159 em qualquer inscrição, ser feitos tutelados por tuteladores culturais." **Zeudi Lima**
2160 gostaria de sugerir ao conselho a criação de um mecanismo que impedisse a
2161 invasão de pessoas de uma área para outra. Identificou-se como sendo do
2162 cinema e que, como tal, participou de um levantamento da área cinematográfica,
2163 incluindo os editais de maneira geral. Durante esse levantamento, observou uma
2164 situação que poderia ser descrita como uma "invasão", embora o termo não
2165 fosse o mais adequado. Explicou que houve uma entrada de pessoas no setor
2166 audiovisual que não tinham nenhuma experiência no campo. Para ele, quando o
2167 audiovisual foi introduzido nesse contexto, acabou sendo de certa forma
2168 banalizado, ao ponto de se tornar uma categoria ampla demais, o que afetou a
2169 valorização do cinema e da produção audiovisual. Citou como exemplo o caso
2170 de projetos de pessoas que, apesar de trabalharem com a produção de bolos,
2171 foram contempladas no setor audiovisual. Esse tipo de situação, para ele,
2172 prejudica diretamente a produção audiovisual no Amazonas, porque o termo
2173 "audiovisual" abrange uma grande diversidade de práticas, mas quando se trata
2174 de cinema amazonense, a definição se estreita. Considerou que essas
2175 "invasões" no campo audiovisual são problemáticas e sugeriu que os
2176 conselheiros possam verificar, nos editais, que o maior número de inscrições de
2177 projetos culturais se concentra nesse setor. Ao analisar as pessoas por trás
2178 desses projetos, ele considera um absurdo o fato de, para se inscrever como
2179 produtor de cultura audiovisual na Secretaria de Cultura, o processo ser
2180 excessivamente simples, é necessário um filtro mais rigoroso, não só no cinema,
2181 mas em todas as áreas culturais, a fim de identificar quem são essas pessoas,
2182 qual sua formação e qualificação para acessar esses editais. Lamentou que a
2183 visão atual dos conselheiros sobre o edital seja predominantemente
2184 assistencialista, o que, na opinião dele, acaba prejudicando a construção de uma
2185 cultura sólida no Amazonas. Em sua visão, quem participa de um edital com esse
2186 enfoque assistencialista está mais interessado no dinheiro do que na arte em si.
2187 Quando o objetivo principal é apenas o financiamento, o valor do produto se
2188 torna irrelevante, e o que importa é apenas garantir o recurso, sem a
2189 preocupação com a qualidade da produção. "**Eu queria sugerir** ao conselho,

2190 que se encontrasse um mecanismo para não invasão de pessoas de área para
2191 área, porque eu sou de cinema e você sabe que eu trabalho no cinema. A gente
2192 fez um levantamento da área de cinema com os editais de forma geral, e houve
2193 uma, vou usar essa palavra invasão, mas não é bem uma invasão, mas houve
2194 uma invasão na área do audiovisual de pessoas que não tem nenhum tipo de
2195 experiência com o setor. Eu penso que quando a gente vai colocar o audiovisual,
2196 ele acabou sendo um pouco banalizado assim o audiovisual enquanto categoria,
2197 cinema e produção, porque a gente viu projetos de pessoas que fazem bolos e
2198 aí entrou no audiovisual e foi contemplado. Isso, de uma forma ou de outra,
2199 acaba prejudicando a produção audiovisual do Amazonas, porque quando a
2200 gente fala audiovisual, a gente abrange muita. A gente abre um leque muito
2201 grande do que que vem a ser a produção audiovisual. Mas quando a gente vai
2202 fechar para o cinema amazonense, a gente já fecha um pouco isso, eu acho que
2203 essas invasões que tem acontecido com a questão do audiovisual. E vocês
2204 próprios, conselheiros, podem verificar nos editais, que onde tem mais
2205 inscrições de projetos culturais é no setor audiovisual e quando a gente vai olhar
2206 quem são essas pessoas, é um absurdo, porque pra eu me escrever hoje na
2207 Secretaria de cultura, como produtor de cultura de audiovisual, é muito fácil.
2208 Necessita fazer um filtro, eu acho que não só da área do cinema, eu acho que
2209 precisa de todas as áreas, necessita fazer um filtro, quem são essas pessoas
2210 que estão produzindo, qual é a formação dessas pessoas, qual é a qualificação
2211 dessas pessoas, para acessar esse edital. Porque, conselheiros, eu lamento
2212 informar isso, mas a forma como vocês estão visualizando o edital hoje em dia,
2213 de forma assistencialista, isso é uma forma que prejudica a construção de uma
2214 construção cultural do Amazonas, porque quem está pelo edital de forma
2215 assistencialista, ele vai pelo dinheiro, ele não vai pela arte. E quando eu vou pelo
2216 dinheiro da igual, se eu vou fazer um bom produto ou um mau produto, eu só
2217 quero pegar o dinheiro e pronto, acabou." **Zeudi Lima** acredita que o conselho
2218 precisa estabelecer parâmetros rigorosos para que apenas profissionais
2219 qualificados possam acessar os editais, e que esses critérios devem ser
2220 aplicados de forma coerente. Ela considera que o conselho precisa discutir essas
2221 questões com as suas respectivas classes, e que cada conselheiro deve dialogar
2222 com seu setor para definir os parâmetros necessários para defender tanto a
2223 classe quanto o setor. Caso a abertura seja ampla demais, os resultados podem
2224 ser prejudiciais, mas o áudio foi interrompido antes que pudesse concluir seu
2225 pensamento. **O secretário geral** informou que Zeudi Lima foi silenciado por

2226 insistir de maneira que o forçou a desempenhar o papel de alguém chato,
2227 embora isso não o incomodasse. Em seguida, afirmou que concorda plenamente
2228 com a necessidade de lutar por esses parâmetros nos próximos editais. **O**
2229 **conselheiro Maick Soares** tomou a palavra para contribuir com a discussão,
2230 sugerindo que o conselho fizesse uma proposta para aprovar um voto de aplauso
2231 ou uma menção honrosa ao amigo Marcos Apolo que foi uma pessoa que
2232 contribuiu significativamente para a cultura e para os avanços conquistados até
2233 o momento, sendo, portanto, importante que o conselho reconheça o grande
2234 papel que desempenhou ao longo desse tempo. Em seguida, informou que, na
2235 semana seguinte, estaria em Brasília para participar do Encontro de Gestores,
2236 um evento voltado para prefeitos em conjunto com o governo federal. Ele
2237 mencionou que foi convidado pelo Ministério da Cultura para compor uma mesa
2238 de debate sobre o Sistema Nacional de Cultura. Aproveitou a oportunidade para
2239 registrar essa informação na reunião do conselho e, ao mesmo tempo,
2240 comunicar que não poderá participar da próxima sessão. Além disso, destacou
2241 a necessidade de resolver rapidamente a questão dos suplentes, pois tem
2242 enfrentado dificuldades em acompanhar diversas agendas do conselho, e seu
2243 suplente também não tem conseguido participar das reuniões, o que gera uma
2244 defasagem na representação. Ele justificou sua ausência nessas circunstâncias
2245 aos demais conselheiros e, por fim, comentou que tinha outra questão a tratar,
2246 mas acabou esquecendo. Encerrando sua fala, agradeceu a todos. “Só para
2247 contribuir, acredito que o conselho tenha que fazer uma proposta aqui, que a
2248 gente possa aprovar um voto de aplauso, uma menção, enfim, ao nosso amigo
2249 Apolo. Acho que é uma pessoa que contribuiu tanto com a nossa cultura, com
2250 tudo que a gente avançou até aqui, então é uma forma deste conselho
2251 reconhecer aqui o grande papel que ele fez e teve ao longo desse tempo, essa
2252 é a primeira coisa. A segunda, a semana que vem eu estarei em Brasília
2253 participando do encontro de gestores, o encontro de prefeitos lá com o governo
2254 federal, a convite do Ministério da cultura. A gente vai compor lá uma mesa
2255 também tratando sobre o sistema nacional de cultura, então, fazer o registro aqui
2256 na reunião do conselho e já aproveitar para dizer que eu não participarei e já
2257 para pedir que a gente resolva rápido essa questão dos nossos suplentes,
2258 porque tem sido difícil para mim várias agendas não conseguir acompanhar aqui
2259 as reuniões do conselho e o meu suplente não conseguir participar. Então, a
2260 gente fica defasado.” **O secretário geral** aproveitou a fala de Maick Soares para
2261 sugerir que, além do secretário Marcos Apolo, também fosse incluído o

2262 secretário Cândido Jeremias na proposta de menção de aplausos, uma vez que
2263 ele estava deixando o conselho. Sobre a questão dos suplentes, afirmou que já
2264 estava tratando do assunto e que vinha insistindo com todos para resolver a
2265 situação. **O conselheiro Maick Soares**, em resposta, destacou que a ausência
2266 dele e de outros conselheiros não significava falta de interesse ou descaso, mas
2267 sim a dificuldade de conciliar as diversas agendas que acabam se sobrepondo.
2268 Ele reforçou a urgência de definir seu suplente para garantir sua representação
2269 nas reuniões. **O secretário geral** concordou plenamente e ressaltou que
2270 também percebia essa necessidade, pois é fundamental ter confiança nas
2271 pessoas que colocam quando precisam se ausentar. Em seguida, solicitou um
2272 tempo de dois minutos para sua própria fala. Parabenizou o conselheiro Maick
2273 Soares e Dudson Carvalho. Em seguida, fez uma solicitação ao conselho,
2274 destacando a importância de iniciar um novo ciclo de participação ativa. Ele
2275 enfatizou a necessidade da presença da maioria dos conselheiros nas reuniões,
2276 discussões e comissões, ressaltando que os suplentes têm sido chamados para
2277 todos esses processos, tanto na construção do Plano Estadual de Cultura quanto
2278 na Comissão Legislativa, também conhecida como Comissão de Constituição e
2279 Justiça. Ele reforçou que era essencial contar com a participação dos estudiosos
2280 para acelerar os trabalhos. Informou que, a partir de janeiro ou fevereiro,
2281 algumas reuniões já estavam marcadas e seriam devidamente divulgadas. Além
2282 disso, solicitou que a administração do Conselho Estadual de Cultura garantisse
2283 que essas reuniões fossem conduzidas conforme acordado anteriormente, ou
2284 seja, com transmissão pelo canal do YouTube da Secretaria. Segundo ele, essa
2285 medida permite que as pessoas acompanhem as discussões sem necessidade
2286 de interferir diretamente na reunião, evitando o caos causado pelo excesso de
2287 participantes em salas virtuais, o que tem dificultado a contabilização das
2288 votações. Por fim, pediu que a ASPC revisasse todos os memorandos solicitados
2289 e fornecesse as informações o mais rápido possível, para que, caso houvesse
2290 perda de membros, o conselho não ficasse desorganizado. Concluiu sua fala. “A
2291 minha solicitação com relação ao conselho, é que a gente agora entre num ciclo
2292 de participações, a gente precisa da presença da maioria dos conselheiros, que
2293 que se façam presentes, que estejam nas discussões, que estejam nas
2294 comissões. Os suplentes têm sido chamados para todos esses processos, tanto
2295 da construção do plano estadual de cultura quanto do, é quem quiser pode entrar
2296 nessa comissão legislativa que a gente chama de comissão de Constituição e
2297 justiça. A gente precisa de todos os estudiosos por perto para que a gente possa

2298 mostrar que a gente precisa acelerar. Nós temos, a partir de agora de janeiro é
2299 ou de fevereiro, algumas reuniões marcadas que serão divulgadas e
2300 publicizadas. Gostaria também, de solicitar ao conselho estadual de cultura, a
2301 administrativa do conselho estadual de cultura, que faça essas reuniões de forma
2302 que foi combinada. É no ato administrativo solicitando que todas as reuniões
2303 fossem transmitidas pelo canal do YouTube da Secretaria. Eu digo isso porque,
2304 assim, a gente permite que as pessoas assistam de onde elas estiverem, sem
2305 precisar interferir diretamente na reunião. A gente não vai ter esse caos que por
2306 enquanto está sendo arrumado, de tantas pessoas dentro de uma sala de
2307 reunião virtual e que a gente não consegue contabilizar as votações. No mais,
2308 eu peço para que a ASPC leia todos os memorandos que foram solicitados e
2309 tentem nos munir o mais rápido possível pra que se a gente caso perca vocês,
2310 a gente não fique desmembrado. Concluo. **O presidente** colocou a proposta do
2311 conselheiro Maick Soares sobre a moção de aplausos para os secretários
2312 Marcos Apolo e Cândido Jeremias, perguntando se os presentes aprovavam a
2313 sugestão. **Pedro Cacheado** interveio para esclarecer que, no momento,
2314 Cândido havia pedido exoneração, mas sua saída ainda não havia sido
2315 oficializada no Diário Oficial. Ele explicou que ainda havia um período no qual
2316 poderiam tentar dialogar com Cândido e convencê-lo a permanecer no cargo,
2317 caso ele estivesse disposto. Pedro ressaltou que já vinha tratando do assunto
2318 com Cândido, que havia manifestado o desejo de um tempo para refletir sobre a
2319 decisão. **O presidente**, então, reiterou que Cândido ainda fazia parte do quadro,
2320 já que sua exoneração não havia sido publicada oficialmente. **Luciane Ituassú**
2321 esclareceu que, apesar de ainda não ter sido exonerado formalmente, Cândido
2322 já não estava mais exercendo suas funções como secretário e não comparecia
2323 à Secretaria. “Ele não está mais atuando como secretário, ele não está indo mais
2324 pra Secretaria”. Vozes inaudíveis. **Luciane Ituassú** iniciou sua fala expressando
2325 que tinha o desejo de que todas as pautas fossem deliberadas em uma única
2326 reunião, mas que, cada vez mais, percebia que isso era inviável. Disse que havia
2327 um compromisso de devolutiva para a sociedade civil e questionou se os demais
2328 se lembravam de que essa devolutiva havia sido agendada para o dia 10 de
2329 fevereiro. No entanto, diante do fato de que as pautas não foram resolvidas na
2330 reunião atual e precisarão ser discutidas na próxima, essa devolutiva já não seria
2331 mais possível na data prevista. Diante disso, pediu esclarecimentos sobre qual
2332 será a nova data para essa devolutiva, destacando que há cobranças por parte
2333 da sociedade e que o conselho precisa dar uma resposta clara sobre a questão.

2334 “Eu tinha um sonho da gente conseguir deliberar todas as pautas numa reunião,
2335 mas cada vez mais eu vejo que isso é impossível. Então, assim, nós temos uma
2336 devolutiva para a sociedade civil. Não sei se você se recorda que nós nos
2337 comprometemos dia 10 de fevereiro dessa devolutiva ela já não é possível,
2338 considerando que as pautas não foram resolvidas hoje, precisam ser tratadas na
2339 próxima reunião. Então eu gostaria de entender qual vai ser a próxima data da
2340 devolutiva é porque as pessoas questionam a gente. A gente precisa dar uma
2341 resposta”. **O secretário geral** disse que o conselho já estava descumprindo um
2342 cronograma previamente acordado em escuta com a sociedade e aí, o que
2343 sugere Luciane Ituassú é a possibilidade de marcar uma reunião extraordinária
2344 dentro de dois dias ou na sexta-feira, para tentar resolver as pendências. “É, a
2345 gente, já está descumprindo algum cronograma que foi acertado em escuta, é o
2346 que sugere a Luciane, de fato, ela quer uma nova reunião, pode ser uma reunião
2347 extraordinária daqui a 2 dias, pode ser na sexta-feira”. **Luciane Ituassú**, por sua
2348 vez, esclareceu que não estava solicitando nada além da data da devolutiva. **O**
2349 **secretário geral disse:** “Não, não, os caminhos de solução é chamar para uma
2350 outra reunião. Já que as discussões online não têm embasamento jurídico,
2351 também tem a possibilidade de adiamento da resposta devido aos impactos que.
2352 Inaudível. Disse que não consegue dar uma resposta agora, não tem todo o
2353 colegiado ali, nem todos os titulares estão, precisa convocar para que a reunião
2354 tenha quórum para saber se conseguirão. Precisa ter essa equipe toda ali,
2355 preparar tudo para ver agenda de espaço. Então assim, não consegue dar uma
2356 resposta imediatamente, mas, como a ASPC já pediu por várias vezes a esse
2357 conselho, adiamento, adiarão também, a devolutiva dessa data do dia 10, vão
2358 tentar marcar uma ainda essa semana, mas se não, no máximo na segunda-feira
2359 farão uma outra extraordinária para falar da devolutiva, aí poderão somar essas
2360 pautas ali e deixar a reunião com o secretário Caio André para falar só as coisas
2361 com o secretário Caio André e já some com a PNAB e deixar a PNAB circulando,
2362 porque aí a ASPC consegue trabalhar.” **Luciane Ituassú** disse que a resposta
2363 oficial é que ficará no aguardo da resposta do pleno sobre a data de devolutiva.
2364 Segundo ponto é sobre o pedido de vista das atas hoje. Para iniciar o processo
2365 de contratação do instituto, precisa da data aprovada, então, se os conselheiros
2366 forem breves, a ASPC consegue também, dar entrada. Um outro requisito para
2367 dar entrada no processo de contratação é ter um plano de trabalho, o plano de
2368 trabalho encaminhado pela instituição é muito genérico e, considerando que a
2369 normativa da administração pública não admite esse tipo de plano, é necessário

2370 detalhá-lo. Diante disso, está elaborando uma lista de obrigações que a ASPC
2371 passaria para o instituto ou repassar para os conselheiros para todos
2372 entenderem se irão acrescer, retirar, manter ou complementar. A partir daí, disso
2373 fechado o que de fato o instituto vai realizar é que eles vão conseguir mensurar
2374 um orçamento real. E é a partir daí é que será possível iniciar o processo de
2375 contratação. Está falando dessa forma, de maneira mais detalhada, para os
2376 conselheiros entenderem que não se está dando entrada no processo por falta
2377 de interesse, mas sim porque é necessário instruir o processo administrativo e,
2378 no momento, não tem as peças. Informou que não participou da reunião
2379 extraordinária na qual foi deliberada a contratação do instituto. O que acontece
2380 é que, considerando que será usado o recurso dos 5% para contratação do
2381 instituto, é preciso fazer o distrato desses dos 2 contratos de passagem e
2382 hospedagem para juntar esse recurso e complementar o valor a ser repassado
2383 ao instituto, esse é o primeiro ponto. **O secretário geral** questionou se o distrato
2384 referente ao incidente com o Cetam já não devia estar com tudo isso na gaveta.
2385 “Não é o distrato total não?” **Luciane Ituassú** explicou que o distrato do Cetam
2386 se refere ao termo de cooperação técnica, especificamente ao destaque
2387 orçamentário realizado do fundo estadual para o Cetam, destinado a resolver
2388 recursos humanos. Ela mencionou que há dois contratos do FEC um com a
2389 Vianna Tour e outro com a Paren Tour, um para passagens aéreas e terrestres
2390 e outro é para hospedagem. Conforme apresentou na prestação de contas final
2391 do ano passado, o contrato tem um valor global, houve um saldo utilizado e um
2392 saldo restante. Dentro desse saldo restante, há um valor empenhado em 2024,
2393 que atualmente está na rubrica de Restos a Pagar (RAP), e um saldo a ser
2394 empenhado para o exercício de 2025, que não será empenhado e para ele não
2395 ser empenhado é necessário fazer o distrato e encerrar o contrato. E para
2396 encerrar o contrato, o ideal é que use o RAP, porque ele não tem mais como
2397 voltar, pois, uma vez que ele está nessa rubrica, ou ele será utilizado ou
2398 precisará ser devolvido ao Ministério da Cultura. Então, ainda há um um
2399 pouquinho de passagens e um pouquinho de hospedagens, R\$
2400 R\$ 1.100.000,00 (um Milhão e Cem Mil Reais), está contando com o que iria
2401 empenhar em 2025 que não vai ser empenhado desses contratos. Esse restinho
2402 de restos a pagar é do que foi empenhado em 2024 e não foi usado e pode ser
2403 usado. É isso que gostaria de evidenciar para os conselheiros. Informou que tem
2404 um valor de 13.000 e pouco em hospedagem e no de passagem são 30.000 e
2405 poucos mil. Depois vai passar os valores direitinho. E aí, aproveitando, para as

2406 próximas reuniões, observou que uma das pautas é o cronograma da busca
2407 ativa, mas achou que isso ficou um pouco incerto essa pauta, porque considera
2408 que o instituto também fará a busca ativa com os conselheiros. Esse cronograma
2409 precisa partir de uma reunião do conselho para com eles. **Assim**, sem mais
2410 manifesto ou assunto para ser tratado em plenária. **O presidnete** agradeceu a
2411 presença de todos e deu por encerrada essa 36ª sessão ordinária, pedindo ainda
2412 que seja providenciada a ata e encaminhada a minuto aos membros para leitura,
2413 a qual será aprovada no expediente das próximas reuniões, com posterior
2414 encaminhamento para arquivamento para Secretaria geral do conecto e visando
2415 o registro dos arquivos do conselho.

**LUÍS CARLOS DE MATOS
BONATES**
Presidente - Reunião

**PEDRO HENRIQUE SECATTI
CACHEADO**
Secretário Geral

LISTA DE PRESENÇA:

DE FORMA PRESENCIAL:

1. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da cadeira de Literatura;
2. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da cadeira de Artes Visuais;
3. Elson da Silva Rocha – Titular representante da cadeira de Folclore e Carnaval;
4. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da cadeira de Teatro;
5. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular representante da cadeira de Cultura Indígena;
6. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira de Dança;
7. Menciús Benavraham Melo Figueiredo – Titular representante da cadeira de Música;
8. Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo;
9. Wellisson Brito Batista – Titular representante da cadeira de Cultura Afrodescendente;
10. Sérgio Ricardo Monteiro de Almeida – Titular em exercício representante da Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas;

DE FORMA REMOTA:

11. Bjarne Lima Furtado – Titular representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto;
12. Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
13. Maick José Soares Tavares – Titular representante das Secretarias Municipais de Cultura do Estado do Amazonas;

CONVIDADOS:

14. Paulo César Marques Holanda – Suplente representante da cadeira de audiovisual;
15. Marly Rodrigues Nascimento Nogueira – Suplente representante da cadeira de Folclore e Carnaval;
16. Lydia Lúcia Nunes de Sousa – Titular representante da cadeira de Cultura Afrodescendente;
17. Karollen Lima da Silva;
18. Paula Fernanda Soares Perez;
19. Carlos Barbosa;
20. Rosa dos Anjos;
21. Vickto Martins;
22. João Pedro;
23. Jady Castro;
24. Adson;
25. Ana Lígia;
26. Alberto Jorge;
27. Caio André de Oliveira;

ELABORAÇÃO DA ATA:

28. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TRANSCRIÇÃO:

29. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC;
30. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:

31. Anne Paiva Alencar – Assessora Jurídica – SEC;
32. Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva – Assessora Jurídica – SEC;
33. Thiago Hermido da Silva – Assessor Jurídico - SEC;

EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:

- 34. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
- 35. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
- 36. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

- 37. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.